



ACTA N.º 13 – Aos trinta dias do mês de Setembro do ano dois mil e onze, nesta Cidade de Santa Maria da Feira, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e trinta minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa – e secretariada pelos senhores Sérgio Reis Ribeiro e Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Acta N.º 12 – Sessão Ordinária de 30 de Junho de 2011;**
- 2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município;**
- 3 – Propostas de alteração ao Mapa de Pessoal de 2011;**
- 4 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2012;**
- 5 – Derrama a cobrar no ano de 2012;**
- 6 – Participação do IRS de 2012 (a receber em 2013);**
- 7 – Normas de Funcionamento do Programa de Acção Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico**
 - Revogação do Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos – Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico;**
- 8 – Via Circular à Cidade de Santa Maria da Feira**
 - Autorização da repartição de encargos.**

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Alfredo de Oliveira Henriques, e pelos senhores vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, Alcides Alves Branco de Carvalho, António Ferreira de Bastos, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Márcio dos Santos Correia.

Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes.

Foi dada nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de três credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Canedo, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Paulo Fernando Marques Oliveira; uma do Sr. Presidente da



C. J.

Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Alberto de Oliveira Tavares; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Bernardino Manuel Martins de Couto. -----

A Assembleia foi ainda informada, pela Mesa, de que quatro deputados municipais – nomeadamente os membros António André da Silva Topa (PSD), Antero Henrique Tavares Rocha Barbosa, Richard Armando de Sá Neves (ambos do PS), e António de Oliveira e Silva (BE) – solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos nesta sessão. -----

Comunicou que, nos termos da Lei, o membro António Topa é substituído, na sessão, pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do PSD, ou seja, pelo Sr. Alberto Oliveira Malta. -----

Quanto à substituição do membro Antero Barbosa, referiu que a cidadã a seguir na lista da mesma força partidária (PS) – Samanta Joana da Silva Maia – através de comunicação remetida à Mesa, solicitou, de igual forma, ser substituída. Referiu que o cidadão imediatamente a seguir nessa lista é o Sr. Manuel António de Oliveira Ferreira mas que, apesar de devidamente avisado da situação, ainda não se encontrava presente na sessão. Disse que se, entretanto, o Sr. António Ferreira chegasse, participaria na sessão substituindo, na mesma, o membro Antero Barbosa. -----

Relativamente ao pedido de substituição do membro Richard Neves, comunicou que, nos termos da Lei, o mesmo é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do PS, ou seja, pelo Sr. António Ferreira Pinto, e que o membro António de Oliveira Silva é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do BE, ou seja, pelo Sr. Nuno Miguel Pinto Serrano. -----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Adriana Marisa da Silva Cardoso; Adriano Serafim Resende Martins; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Ângelo César da Silva Castro; António Alves Cardoso; António Domingues Pereira; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu; Jorge Manuel Fernandes Oliveira



da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes; Manuel Fernandes Pinheiro; Marco Aurélio Oliveira Jesus; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Telmo André dos Santos Gomes; Vítor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Jorge Oliveira Tavares Coimbra; Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Espargo – Susana Alexandra Lopes Correia; Fiães – Bernardino Henriques Ribeiro; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Guisande – Mário Luís Fernandes da Silva; Lobão – José Henriques dos Santos; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Sérgio Reis Ribeiro; Mülheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Mosteirô – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Sanguedo – José Nogueira da Silva; S. João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues; Travanca – António Sérgio Gonçalves Silva; Vale – Joaquim de Almeida Rocha; e Vila Maior – Manuel Mota Araújo.-----

Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível a relação, bem como os respectivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 30 de Junho de 2011:-----

- “Ofício do Presidente da Comissão Executiva da AMP – Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da iPorto 19 – agenda metropolitana da cultura (bimestre de Julho e Agosto de 2011) que reúne os vários eventos da área da cultura dos 16 Municípios que integram a AMP;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Associação de



Dadores Benévolos de Sangue de Santa Maria da Feira, dando a conhecer o teor do voto de louvor aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão realizada no dia 30 de Junho de 2011, dirigido àquela Associação;-----

- Ofício da ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo boletim de inscrição para o XXXI Colóquio Nacional da ATAM, a realizar nos próximos dias 11 e 12 de Outubro, na Guarda;-----
- Ofício do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no âmbito da petição promovida e entregue pela STAL na Assembleia da República, subordinada ao assunto “Não à redução do número de autarquias e de trabalhadores”; -----
- E-mail por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos representantes dos grupos municipais com representação na Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, os ofícios da ATAM e do STAL, acima mencionados; -----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 27 de Junho de 2011;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, o teor da recomendação aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão realizada no dia 30 de Junho de 2011, sobre o assunto “Obra na Via Antiga de Mosteirô”; -----
- Ofício do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o a participar e a intervir na Audição Pública Parlamentar sobre o Sector Ferroviário, que aquele grupo parlamentar promoveu no passado dia 26 de Julho de 2011;-----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 11 de Julho de 2011;-----
- E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando, para conhecimento, cópia da pergunta apresentada na



-
- Asssembleia da República pelo Deputado Jorge Machado, dirigida ao Ministério do Emprego e da Economia, sobre a “Situação social das empresas Subercor e Vinocor, em Santa Maria da Feira”;-----
- Ofício do Conselho de Administração da EDP Renováveis Portugal, S.A., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando da nova morada da Sede Social daquela empresa;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 25 de Julho de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 08 de Agosto de 2011;-----
 - Ofício do Presidente da Comissão Executiva da AMP – Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da iPorto 20 – agenda metropolitana da cultura (bimestre de Setembro e Outubro de 2011) que reúne os vários eventos da área da cultura dos 16 Municípios que integram a AMP;-----
 - Ofício da IGAL – Inspeção-Geral da Administração Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que foi remetido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o Relatório Principal, resultado da inspeção ordinária ao Município de Santa Maria da Feira;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 22 de Agosto de 2011;-----
 - E-mail do Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular 130/2011/FD, informando que se encontra disponível no site daquela Associação os documentos aprovados pelo Conselho Directivo da ANMP sobre o assunto “Consideração Prévia ao OE 2012”, e que os mesmos foram apresentados a Suas Excelências o Ministro de Estado e das Finanças e
-



- o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; -----
- E-mail de Samuel Figueiredo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentando seus serviços profissionais de transcrição e realização de actas; -----
 - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, Rui Fernando Moreira Magalhães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, divulgando o Manual dos Membros das Assembleias Municipais, que lançou, bem como fornecendo os contactos necessários com vista à aquisição do referido Manual; -----
 - Convite do Presidente da CCDR-N e da Comissão Directiva do ON.2, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar do acto público de assinatura do contrato de co-financiamento comunitário, no âmbito do “ON.2 – O Novo Norte”, relativo ao projecto FeiraPark – Parque de Ciência e Tecnologia, que se levou a efeito no passado dia 21 de Setembro de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 05 de Setembro de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de Setembro de 2011, bem como informando qual a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de Setembro de 2011, e indicando a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Actividade e Situação Financeira do Município (para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de Setembro de 2011);-----
 - Comunicação do membro deste Órgão, António de Oliveira e Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2011, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na mesma, nos termos da lei; -----



2.9.

- Convite do Sr. Presidente da Câmara de Lleida (Espanha), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a 16.ª edição do Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais – MUNICIPALIA – a realizar nos dias 18 a 21 de Outubro de 2011; -
- E-mail do membro deste Órgão, António André da Silva Topa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2011, por motivos de uma representação política anteriormente agendada, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na mesma, nos termos da lei; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), relativo a aditamento de um ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de Setembro de 2011; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, do aditamento de um ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de Setembro de 2011;-----
- Comunicação do membro deste Órgão, Antero Henrique Tavares Rocha Barbosa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2011, por motivos pessoais, requerendo, por esse motivo, a sua substituição na mesma; -----
- Comunicação do Director do CEDREL – Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local e da Revista de Administração Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acerca do Colóquio Nacional sobre o tema “A Reorganização das Freguesias: extinção, fusão ou associação? Que novos órgãos, que novas funções?”, a levar a efeito no próximo dia 22 de Outubro de 2011; -----
- E-mail do membro deste Órgão, Richard Armando de Sá Neves, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo suspensão do mandato por um período de 12 meses, por motivo de ausência temporária da área do Concelho de Santa Maria da Feira; -----
- Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou de que dera entrada na Mesa uma moção,



apresentada pela deputada municipal Lúcia Gomes (CDU) e uma recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE).-----

O Sr. Presidente da Assembleia informou que seria feita a leitura dos referidos documentos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais, para se pronunciarem sobre os mesmos. Pediu, em seguida, a um dos Secretários da Mesa para efectuar a leitura dos documentos supra-identificados, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

Moção apresentada pela deputada municipal Lúcia Gomes (CDU): -----

“DEFESA DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO -----

Considerando que a Troika estrangeira em conjunto com os que no nosso país subscreveram o programa de agressão e submissão pretendem impor a redução substancial de autarquias (freguesias e municípios);-----

Considerando que o poder local democrático, indissociável da existência de órgãos próprios eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face a outros órgãos e, submissão apenas à Constituição, às leis, aos tribunais em sede de aplicação dessas mesmas leis e ao povo, é parte da arquitectura do Estado Português; -----

Considerando que as autarquias constituem um dos pilares da democracia pelo número alargado de cidadãos que chama a intervir, como representantes do povo, na gestão da coisa pública, pelas oportunidades de participação efectiva dos cidadãos em geral nas decisões que lhes interessam, pela forma aberta e transparente da sua acção e ainda pelas realizações concretas que promove e têm contribuído para a melhoria da salubridade, das acessibilidades, dos transportes, do acesso à saúde, à educação, à cultura e à prática desportiva; -----

Considerando que o poder local democrático e as pessoas que o integram detêm atribuições únicas essenciais ao bem-estar das pessoas, à representação e defesa dos interesses populares e à concretização da vida em sociedade;-----

Considerando que a seriedade e coerência de qualquer reforma da organização administrativa que se pretenda eficaz deve considerar prioritariamente a criação das Regiões Administrativas e não a extinção de freguesias ou municípios; -----

Considerando, por fim que é residual o peso do poder local nas contas públicas e, em especial, ínfimo o das freguesias; -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 30 de Setembro de 2011



delibera: -----

1. Manifestar a sua convicção de que, pela exiguidade dos recursos públicos que lhe são afectos e pela forma exemplar como são aplicados: -----

a. As autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local, no combate às assimetrias regionais e, no presente quadro, às acções que contribuam para atenuar os efeitos da crise e em particular aos reflexos sociais mais negativos que a aplicação do actual programa de ingerência externa está a impor aos portugueses; -----

b. A extinção de autarquias, que em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública, não só acarretará novos e maiores gastos para um pior serviço às populações como constituirá um factor de empobrecimento da vida democrática local; -----

2. Repudiar a intenção de extinguir as autarquias existentes que lhes retire o que têm de essencial, nomeadamente os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a parte dos recursos públicos essenciais à sua existência e funcionamento nas condições de autonomia previstas na Constituição da República.” -----

Recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE): -----

“IMPLEMENTAÇÃO DE UM ORÇAMENTO DE BASE ZERO -----

Portugal vive uma dramática crise económica e social, que se reflecte de sobremaneira no nosso concelho devido ao seu modelo económico e social. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não é imune a esta crise, ainda para mais quando mais uma vez as transferências de verbas do orçamento de Estado para os municípios sofrem um corte substancial. -----

Esta proposta de recomendação responde à crise orçamental do lado da despesa. -----

As escolhas colectivas devem orientar-se para a intensificação do rigor e transparência na gestão dos dinheiros públicos. -----

A presente proposta responde a esta exigência crescente de transparência e verificabilidade da despesa pública. O orçamento preparado para o exercício de 2013 deve obedecer a um conjunto de regras que procuram a melhor adequação da autarquia às suas funções e a poupança razoável, eliminando desperdícios, programas redundantes ou nichos de ineficiência, e identificando e corrigindo ao mesmo tempo as deficiências, a falta de recursos



e as incapacidades de aplicação dos programas essenciais. Essas normas, que têm sido identificadas sob o título de Orçamento de Base Zero (OBZ), baseiam-se na obrigação de cada serviço da autarquia definir e justificar a sua proposta de orçamento em função de actividades previstas para o ano seguinte, sem se basear no orçamento do ano anterior ou corrente. -----

Assim, evita-se o vício de um orçamento incremental, que tem sido a forma de preparar a distribuição da despesa, e que favorece a ineficiência: nenhum serviço corta no desperdício porque os serviços mais ineficientes negociam a sua dotação orçamental seguinte a partir da maximização do gasto no ano anterior. Deste modo, há em muitos serviços uma corrida à despesa inútil no final de cada ano, para evitar que o orçamento seguinte seja mais baixo. Ora, este despesismo, muitas vezes evidente, representa má gestão e ataca profundamente a credibilidade da autarquia como utilizador e gestor dos recursos públicos. -----

A gestão da coisa pública deve garantir o mais elevado nível de poupança e de eficiência, e esse combate definirá a nossa modernidade. A verificação dos orçamentos rigorosos por programas, actividades e serviços, fundamenta a escolha das prioridades e a correcção das insuficiências e exigirá por isso uma autarquia mais eficiente na resposta aos défices da democracia. -----

Não se trata portanto de um processo cujo objectivo seja simplesmente reduzir a despesa da autarquia. Os seus objectivos são mais ambiciosos e mais amplos: pretende garantir a eficiência, a clareza de objectivos, o controlo social sobre a actividade da autarquia, aumentar os recursos onde eles forem insuficientes e evitar o desperdício onde ele existir. -----

A Assembleia da República aprovou um projecto-lei do Bloco de Esquerda que determinou que o orçamento elaborado durante o exercício de 2011 tivesse Orçamento de Base Zero. Portanto, o Estado Português teria em 2012 o seu primeiro OBZ, o que não se verificou. -----

No livro Verde da Reforma do Poder Local reafirma que é essencial caminhar para um OBZ. Este plano foi apresentado pelo actual governo PSD e CDS. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 30 de Setembro de 2011 delibera recomendar à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: -----

1 – Que o orçamento preparado no exercício de 2013 seja de base zero quebrando o vício de um orçamento incremental. Nesta elaboração, os procedimentos devem assegurar um processo simples, com critérios articulados e claros, com regras de avaliação e verificação, que permitam a decisão em tempo útil. -----



2 – Que, assim, o orçamento da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira para 2013 responda aos critérios de Orçamento de Base Zero. -----

3 – São excepção à aplicação do OBZ: as dotações correspondentes a despesas obrigatórias; as despesas de investimento co-financiadas por fundos comunitários; as verbas atribuídas a mecanismos de orçamento participativo. A informação sobre estas dotações e despesas deve ser disponibilizada na proposta de orçamento.-----

4 – Que sejam adoptados os devidos mecanismos na autarquia para facilitar que a prática de Orçamento de Base Zero seja de implementação cíclica ao longo do tempo.” -----

Interveio a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) para fazer uma breve apresentação da moção que a CDU colocou à discussão da Assembleia – intitulada “Defesa do poder local democrático” – dizendo que a mesma tem a ver com o processo de reorganização administrativa.-----

Referiu que o que está em causa são as linhas gerais que têm vindo a ser anunciadas, da diminuição do número de freguesias, da diminuição do dinheiro proveniente do Orçamento de Estado para os municípios e para as freguesias, de uma nova redefinição daquilo que são as freguesias e os municípios, da sua organização e das suas competências.-----

Salientou que a CDU pretende denunciar que o objectivo dessa reorganização não tem nada a ver com a poupança do Estado, dizendo estar mais do que visto que não é com essa reorganização que se vai poupar dinheiro, em termos do Orçamento do Estado. -----

Frisou que essa medida vai afastar os cidadãos da participação cívica e, ainda, criar uma espécie de Executivos monocores, em que passarão a estar apenas representadas as forças políticas com mais votação, no caso de Santa Maria da Feira, o PS e o PSD, interditando a representatividade dos partidos com menos representatividade. Referiu que essa situação traduz um défice claro para aquela que é a discussão política necessária, bem como afasta os cidadãos daquela que é a relação de proximidade que têm com as suas Câmaras e com as suas Juntas de Freguesia.-----

Sublinhou que essa relação de proximidade vai acabar dado que o objectivo central é fazer, de facto, um ataque ao poder local democrático, referindo que esse ataque já tem vindo a acontecer há muito tempo e que isso é comprovado pela própria Câmara Municipal de Santa Maria da Feira quando a mesma, sucessivamente, se queixa dos cortes orçamentais.-----



Concluiu dizendo estarem previstos ainda maiores cortes, a retirada de mais competências, levando ao afastamento definitivo daquilo que é a participação dos cidadãos no poder local democrático. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) para fazer uma breve apresentação da recomendação que apresentou, a respeito da implementação de um Orçamento de Base Zero (OBZ), dizendo que o BE já apresentou essa recomendação por diversas vezes, em vários locais, como na Assembleia da República, dizendo esperar que o Executivo PSD da Câmara seja coerente com aquilo que o PSD faz a nível nacional.-----

Salientou serem duas as grandes vantagens da implementação de um Orçamento de Base Zero, ressaltando que uma é a transparência e que a outra é saber, efectivamente, quais os gastos reais da Câmara, referindo que o modo típico de se fazerem os orçamentos é acrescentar mais um bocadinho relativamente ao que foi gasto no ano anterior.-----

Fez notar que foi aprovado, na Assembleia da República, um projecto-lei no sentido de que o Estado Central deveria fazer um orçamento para 2012 seguindo a tipologia de um Orçamento de Base Zero, que essa proposta foi votada favoravelmente por quase todos os partidos, inclusive pelo PSD e que, perante isso, aguardava para ver se o próximo Orçamento de Estado, a ser apresentado no próximo mês de Outubro, segue a tipologia de um Orçamento de Base Zero, em coerência com o votado na Assembleia da República.-----

Ressaltou ainda que o Documento Verde da Reforma da Administração Local, de que falou a deputada municipal Lúcia Gomes, diz que os municípios e as freguesias também devem implementar Orçamentos de Base Zero.-----

Concluiu dizendo que, no presente, está-se perante um Governo do PSD e CDS-PP, questionando ao Sr. Presidente da Câmara, como responsável máximo do Executivo camarário, se iria seguir, na elaboração do próximo orçamento municipal, a metodologia de um Orçamento de Base Zero ou se iria continuar a discordar e não seguir o que foi aprovado a nível nacional, nomeadamente pelo PSD.-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer que o grupo municipal do PS, a propósito da moção apresentada pela CDU, entende que cada cêntimo gasto pela Junta de Freguesia rende mais, em termos económicos, do que um cêntimo gasto pela Câmara



Municipal, e que também reconhece que cada cêntimo gasto pela Câmara Municipal rende mais do que cada cêntimo gasto pela Administração Central. Disse haver uma sequência de escalas na qual as Juntas de Freguesia, no entender do PS, são os menores esbanjadores. -----
Disse haver uma questão na moção com a qual o grupo municipal do PS não pode concordar, explicando que, não fosse essa questão, poderia estar de acordo. Clarificando, disse que o grupo municipal do PS não sente que o processo de reorganização administrativa vá ser feito à força, pela imposição, mas sim que a reorganização administrativa decorrerá com o maior consenso, entre as populações, entre os autarcas e entre os partidos. -----
Referiu que o termo “impor” usado na expressão “impor a redução” é um termo violento com o qual o grupo municipal do PS não concorda e que, por isso, não subscrevia a moção. -----
Quanto à recomendação apresentada pelo BE, disse que o grupo municipal do PS reconhece virtudes na mesma mas que entende que criar um horizonte para o ano de 2013, de uma forma superlativa, não será correcto, ressaltando que a autarquia tem uma gestão plurianual, tem uma série de responsabilidades e, como tal, talvez não lhe seja possível implementar um Orçamento de Base Zero para 2013. Concluiu a sua intervenção dando nota que o grupo municipal do PS se iria abster, na votação dessa recomendação. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por aludir à moção apresentada pela CDU, dizendo que o primeiro parágrafo da mesma praticamente impõe o voto contra do PSD e de todos os partidos que assinaram o acordo com a troika.-----

Quanto ao restante teor da moção disse, a propósito da extinção das autarquias, ser do entendimento que é muito cedo para se tomarem posições sobre essa questão, e que o grupo municipal do PSD também entende que esse processo vai ser percorrido com tempo, dialogando-se com as autarquias e com as populações, e que tudo será feito com bom senso. Disse crer que, caso assim não seja, caso não haja diálogo e bom senso, esse processo não será bem sucedido. Sublinhou que o grupo municipal do PSD ia votar contra a moção, mais não fosse pelo que diz o primeiro parágrafo da mesma.-----

Relativamente à recomendação do BE, a propósito da implementação do Orçamento de Base Zero, disse que o grupo municipal do PSD a votaria favoravelmente caso o proponente da mesma, no ponto n.º 3, onde diz que são excepção à aplicação do Orçamento de Base Zero “as dotações correspondentes a despesas obrigatórias; as despesas de investimento co-financiadas



por fundos comunitários; as verbas atribuídas a mecanismos de orçamento participativo”, acrescentasse a Educação e a Acção Social. -----

Disse que caso o membro Nuno Serrano acrescentasse a Educação e a Acção Social ao ponto n.º 3, o PSD votava a favor a recomendação por uma questão de coerência, explicando ter sido exactamente dessa forma que a Câmara elaborou, nos últimos dois anos, os seus orçamentos. -----

Concluiu dizendo que, caso o proponente não concordasse em acrescentar o que sugeriu, então que o grupo municipal do PSD votava contra a recomendação porque a mesma parte do princípio de que haverá poupança eliminando desperdícios, sem dizer quais os desperdícios. --

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que, começando por referir-se à moção apresentada pela CDU, salientou que, como já dito pelo membro José Leão, o primeiro parágrafo e o uso de expressões como “agressão e submissão” condenam a moção a uma condenação. Disse que o País não se encontra em guerra com ninguém, que o uso de tais expressões era escusado, e que apesar de o CDS-PP achar válidos alguns dos considerandos usados na moção, não tem a mesma perspectiva da que é traduzida na moção. -----

Disse entender que a CDU devia separar a situação das freguesias da reforma ao nível do poder autárquico nos concelhos. -----

Salientou que o que está previsto, e que vai ser discutido, é a questão de haver só uma eleição para a Assembleia Municipal e, depois, surgir dessa eleição um executivo camarário monocolor. Referiu que o CDS-PP concorda plenamente com essa alteração, ressaltando que se os Presidentes de Junta de Freguesia não integrassem a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, o PSD não tinha maioria na mesma e isso levaria, provavelmente, a uma atitude diferente do Executivo camarário perante a Assembleia Municipal. -----

Referiu, então, não achar mal a reforma que se anuncia, dizendo que essa fórmula funciona e resulta há muitos anos nas Assembleias de Freguesia, dando nota que é assim que são eleitos os Presidentes da Junta e que, naturalmente, também funcionará bem ao nível dos Concelhos. Disse, portanto, que iria votar contra a moção apresentada pela CDU. -----

Passou a aludir à recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano, dizendo ser mais do mesmo por parte do Bloco de Esquerda e que o que é dito na recomendação são falácias.-----

Frisou que é preciso que as pessoas percebam o que é um Orçamento de Base Zero,



explicando que, como diz o nome, significa partir duma base zero e depois o que se for gastando vai-se contabilizando, e que no final ver-se-á quais os gastos. Sublinhou que essa metodologia não garante que se vai gastar menos, ressaltando que os cortes conseguem-se dizendo logo à partida que há menos dinheiro disponível pois, nesse caso, as pessoas já sabem que têm menos dinheiro e que terão de o gerir.-----

Concluiu a sua intervenção referindo que não acredita em Orçamentos de Base Zero, que isso é um cheque em branco, aos departamentos e demais organismos, para irem gastando à medida que forem precisando, que não é nem nunca será uma forma de cortar na despesa e que, pelo que explicou, votava contra a recomendação.-----

Interveio a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) para se pronunciar a respeito da recomendação do BE, dizendo que a CDU entende que, tendo em conta que a mesma foi aprovada no seio da Assembleia da República, no sentido de que o próprio Estado Central assumisse o Orçamento de Base Zero como ponto de partida, e uma vez tratar-se de uma recomendação à Câmara, que a analisará e decidirá qual a forma de execução do orçamento, então que não tinha qualquer motivo para se opor à recomendação.-----

Concluiu dizendo que queria dar um esclarecimento a respeito da moção que apresentou, fazendo sobressair que quem falou em pacto de submissão foi o Sr. Primeiro-Ministro.-----

Interveio o membro **Nuno Serrano** (BE) que começou por dizer que, em Portugal, é o próprio Governo quem está em guerra diária com os trabalhadores e trabalhadoras, com os estudantes, com os pensionistas, e que por isso sabe bem do que está a falar quando diz que o País está em guerra.-----

Relativamente ao Orçamento de Base Zero referiu que não podia dizer que o membro Rui Tavares sabe do que está a falar, sublinhando que os princípios que regem um orçamento desse género não têm nada a ver com o que foi falado pelo membro Rui Tavares, mas sim com a necessidade de se justificar tudo o que se gasta e tudo o que se prevê gastar, não tendo como base aquilo que se gastou no ano anterior. Frisou ser esse o princípio basilar de um Orçamento de Base Zero, fazendo sobressair que essa metodologia traz transparência porque todos os processos têm de estar disponíveis para consulta, frisando não ser isso que acontece no presente. Disse estar muito curioso para ver se o actual Governo PSD/CDS-PP vai seguir a



g.
C

metodologia do Orçamento de Base Zero. -----
O membro Nuno Serrano prosseguiu a sua intervenção dizendo que o Bloco de Esquerda está aberto a alterar a recomendação que apresentou no sentido de ser incluído a Acção Social e o sector da Educação, na parte que não tenha a ver com obras, que tenha a ver com a educação por si. Referiu ainda que registava a evolução do PSD desde a discussão do último orçamento municipal, relativamente à questão da implementação de um Orçamento de Base Zero. -----
Em relação à moção apresentada pela CDU, sobre a reforma da Administração Local, deu nota que o Bloco de Esquerda a vai votar favoravelmente. Salientou que, ao contrário do que foi dito pelo membro José Leão, não há muito tempo para discutir o assunto, lembrando que o respectivo calendário diz que a discussão pública tem de estar finalizada no fim do próximo mês de Janeiro e que, até ao final do 1.º semestre de 2012, tem de estar a legislação aprovada na Assembleia da República. Focou que, pelo contrário, a discussão já tarda. -----
Concluiu dizendo, a esse respeito, ser curioso que a parte menos especificada e detalhada no documento seja a parte que tem a ver com as regras de eleição, com a composição das assembleias municipais, com a questão dos poderes e que, portanto, o que está em causa é, efectivamente, o poder governar sem qualquer tipo de fiscalização. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* questionou ao membro Nuno Serrano qual, então, o teor final do ponto n.º 3 da recomendação, para ser submetida a votação. -----

Depois de algumas considerações, o membro Nuno Serrano – proponente da recomendação – aceitou que o teor do ponto n.º 3 fosse o que a seguir se transcreve: -----
“3 – São excepção à aplicação do OBZ: as dotações correspondentes a despesas obrigatórias; as despesas de investimento co-financiadas por fundos comunitários; as verbas atribuídas a mecanismos de orçamento participativo; a Educação e a Acção Social. A informação sobre estas dotações e despesas deve ser disponibilizada na proposta de orçamento.” -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter a votação a moção apresentada pela deputada municipal Lúcia Gomes (CDU) e a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), dando nota da nova redacção do ponto n.º 3 da recomendação, nos termos aceites pelo membro Nuno Serrano – nova redacção essa que já se encontra



devidamente exarada nesta acta e que se dá aqui por transcrita. -----

Verificaram-se os seguintes resultados nas votações: -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (CDU, BE), 49 votos contra (PSD: 31, PS: 17, CDS-PP), e 3 abstenções (PS: 2, Ind.), rejeitar a moção apresentada pela deputada municipal Lúcia Gomes (CDU), intitulada “Defesa do poder local democrático”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 31, PS: 1, BE, CDU, Ind.), 1 voto contra (CDS-PP), e 18 abstenções (PS), aprovar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Implementação de um Orçamento de Base Zero”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito. -----

Ultrapassada a discussão e votação da moção e da recomendação, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia. Feitas as inscrições, passou a palavra ao membro Arménio Magalhães. -----

Entraram os membros José Carlos Pinto da Silva, Leandro José Dias dos Reis, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Sanfins – José Fernandes Leite, e Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira. Entrou, também, o Sr. Manuel António Oliveira Ferreira, em substituição do membro Antero Barbosa – substituição anunciada no início da sessão. Saiu o Presidente da Junta de Freguesia de Escapães – Gastão Valente Silva. -----

Interveio o membro *Arménio Magalhães* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Senhor Presidente da Câmara, -----

Em 01/06/2009, por proposta do Município de Santa Maria da Feira, foi aprovado a construção do centro escolar de Arrifana, com um investimento previsto de 1.713.065,71 €, com contrapartida comunitária de 1.199.146,00 € e contrapartida nacional de 513.919,71 €. ---
Cumpra as condições da carta educativa, que se encontra homologada pelo Ministério da Educação.-----



C. J.

Era uma construção nova, de raiz, do novo centro escolar, integrando perfeitamente, o 1.º ciclo e a educação pré-escolar. -----

O projecto, devidamente aprovado e com apoio comunitário refere-se à construção de um centro escolar, em Arrifana, com 10 salas do ensino básico do 1.º ciclo e 3 salas do pré-escolar. -----

O referido centro escolar seria dotado de biblioteca, refeitório, sala polivalente e sala de professores. Estando também prevista a construção de arranjos exteriores e o fornecimento de material didáctico, equipamento informático e mobiliário escolar. Eram objectivos do presente projecto o aumento efectivo na qualidade da educação e um eficaz reordenamento da rede escolar, prevendo-se a concentração neste centro escolar das escolas básicas do 1.º ciclo da Carvalhosa, Bairro, Manhouce, Outeiro e ainda os jardins-de-infância do Bairro e Fontainhas, tendo como objectivo base o funcionamento em regime normal de todas as turmas da freguesia de Arrifana. O projecto de construção do centro escolar de Arrifana é uma intervenção definida em sede de carta educativa. -----

Senhor Presidente da Câmara, por favor diga-me à minha pessoa e a esta Assembleia, o que é feito deste perfeito projecto, elaborado pelo Município de Santa Maria da Feira, devidamente aprovado pelas entidades competentes e contemplado com os sempre bem-vindos apoios comunitários. -----

Senhor Presidente da Câmara, Arrifana não tem um centro escolar porque o senhor não permitiu. -----

Não se compreende, que sendo o município de Santa Maria da Feira a executar um projecto para a construção de um centro escolar para Arrifana, submetê-lo à aprovação das entidades competentes, obtendo a aprovação, obtendo os apoios financeiros desejados e depois não executar a obra, só o posso responsabilizar a si, senhor presidente, pelo prejuízo que está a causar a Arrifana. -----

A Arrifana foi, é e será sempre uma grande terra. -----

Como Arrifanense e em nome de todos os Arrifanenses, sentimo-nos tristes pela forma como somos tratados pelo município de Santa Maria da Feira.” -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----



“A 30 de Dezembro de 2010 questionámos o executivo, nesta Assembleia, sobre o rumo do Centro de Artes de Rua. Fizemos 12 perguntas a acrescer a outras tantas feitas anteriormente. A resposta veio mais tarde, por escrito. Mas ficou uma promessa. De que haveria uma sessão pública de esclarecimento. Questionámos e voltámos a questionar. Da sessão nem sombras. Mas as máquinas ouvem-se e vêm-se todos os dias, num lufa-lufa apressado para a construção do centro. Comercial e não cultural. Consta-se, porque a Câmara falta em informação concreta, que o financiamento estará em risco. Mas o financiamento cultural. Porque o comercial, no centro da cidade, perto de escolas e unidade de saúde, não faltará. Mas continuamos sem saber que interesses vem servir e quanto irá custar. Mas facilmente se compreende qual, afinal, foi o projecto desta Câmara. -----

E falemos dos não projectos. Dos não projectos para um município que, mais uma vez, vê o desemprego crescer substancialmente de Julho para Agosto. De 8460 passámos para 8655 desempregados inscritos nos centros de emprego, sempre com a maioria composta por mulheres: 59,3%. Dos não projectos do município onde as fábricas de cortiça continuam a encerrar, deixando centenas de pessoas no desemprego enquanto o sr. Américo Amorim tem a lata de dizer que não se considera um homem rico. -----

Dos não projectos como é o tribunal. Com gastos que ascendem aos 60 mil euros por mês, pedem-se agora estudos ao LNEC e à FEUP para se comprovar como, afinal, o edifício serve. Então não servia, agora serve? Em que ficamos? E como se justifica, se serve, que se tenha pago tanto a título de rendas? -----

Dos não projectos, como é a educação. Apesar do lançamento de primeiras pedras, a verdade é que muita obra que se projectava está por iniciar, parada ou por concluir. -----

Em relação ao presente ano lectivo, a perspectiva de iniciar as aulas em novas instalações (centros escolares) em Argoncilhe, Escapães, Espargo, veio a ser gorada, uma vez que as crianças continuam a frequentar o mesmo estabelecimento de ensino, em alguns casos, nos contentores para sempre provisórios (!!!), o que acrescenta despesa, embora a Sr.^a vereadora da educação tenha feito o discurso da normalidade, em recente entrevista. -----

Há que notar também que, num município que se diz pioneiro da educação de infância, continuamos com instalações precárias, como é exemplo o jardim-de-infância de Farinheiro (Fornos), das quais mais de uma dezena continuam cobertas com telhas de fibrocimento, apesar das sucessivas promessas do Sr. Vereador Emídio Sousa. -----



J.
C.

As carências em creches e berçários são um problema muito grave, sobretudo afectando jovens casais, num momento tão difícil como o actual. A rede de escolas do ensino básico e secundário, instalada no município, mantém-se idêntica, ao que era há cerca de 15 anos. Se exceptuarmos a recente intervenção de que foi alvo a Secundária de Santa Maria da Feira e a intervenção forçada em Paços de Brandão, cuja escola estava em riscos de ruína, as restantes edificações continuam fisicamente desqualificadas (estão, há muito, fora do prazo de validade). Prova disso mesmo é a deslocação de crianças e jovens para as novas escolas de Concelhos vizinhos, agora não por falta de vagas no ensino público, mas pela atracção das melhores condições que lhes propiciam esses estabelecimentos de ensino.-----

Assim, perguntamos: quando prevê a Câmara concluir e instalar os centros escolares? Para quando a remoção do fibrocimento dos jardins-de-infância? Para quando a criação de novas creches e berçários? Que intervenção está a ser considerada para as sedes de agrupamentos de escolas?-----

Dar nota ainda que deixamos aqui um requerimento sobre o mais recente não projecto marketing propagandístico focado exclusivamente na distribuição de umas quantas centenas de compostores por ano a famílias do Município. Isto sem cuidar de ensinar a fazer compostagem doméstica nem proceder sequer à separação e compostagem das muitas toneladas de resíduos organicamente degradáveis dos cemitérios municipais, como a CDU sempre propôs? Bem prega Frei Tomás.-----

Para finalizar, em tempos como estes, em que é o próprio Primeiro-ministro que nesta quarta afirma que Portugal perdeu a sua soberania, submetendo-se ao poder estrangeiro em virtude de políticas que levaram a esta submissão, esquecendo-se que, nas últimas décadas os exclusivos responsáveis são PS, PSD e CDS-PP, a esperança nasce nos milhares de mulheres e homens que amanhã, no Porto e em Lisboa, marcharão contra o pacto de submissão.”-----

Interveio a deputada municipal *Carla Adriana Pinto* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Por várias vezes abordei a questão das coberturas de amianto em estabelecimentos de ensino do concelho. Sem querer tomar muito do vosso tempo, permitam-me lembrar as várias respostas que foram dadas:-----

Setembro 07 – “Está em curso um levantamento para identificar escolas com coberturas de



C. J.

amianto. Terão sido identificados pelo menos 14 estabelecimentos de ensino nessas circunstâncias.”-----

Setembro 08 – “O concurso foi adjudicado e todo o procedimento processual necessário cumprir está pronto.”-----

Setembro 09 – “A empresa responsável fechou pelo que vamos reiniciar o processo.”-----

Novembro 09 – Resposta do senhor presidente: “ninguém espera milagres e processos deste género não avançam, num tão curto espaço de tempo.”-----

Setembro 11 – Dois anos após a última intervenção sobre este assunto, questiono: o milagre já se deu?-----

Ainda dentro do âmbito da educação, gostaria de perguntar qual o ponto da situação relativo à construção da nova escola de Hotelaria e Turismo de Santa Maria da Feira. Há um ano atrás foi salientada a importância deste equipamento para o nosso concelho bem como o esforço que o município fez ao ceder o terreno e o projecto. Por outro lado, estamos conscientes das dificuldades por que passam alunos, professores e funcionários que, pacientemente, aguardam há cerca de 20 anos, a transferência das actuais instalações para outras mais dignas, pelo que apelamos para uma rápida concretização deste projecto.”-----

Interveio o membro *Victor Neves* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“O CÉLEBRE CASO DO PRÉDIO DE LOUROSA-----

NÍTIDA E TOTAL VIOLAÇÃO DO PDM – PLANO DIRECTOR MUNICIPAL-----

Senhor Presidente da Câmara,-----

O acórdão de 6/9/2007 do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (1.º Juízo Liquidatário), condenou o executado Sr. Presidente da Câmara, Sr. Alfredo Oliveira Henriques, a, no prazo de três anos proceder à demolição parcial do edifício, ou não sendo esta possível, a, dentro do mesmo prazo, proceder à demolição total do mesmo edifício.-----

O referido prazo para a execução do acórdão, repito, de 6/9/2007, transitou em julgado em 2/7/2008, pelo que o prazo para a execução do dito acórdão, terminou em 2/7/2011.-----

Desde logo, o senhor Presidente não cumpriu! Quando, de facto, sempre disse que cumpria a sentença.-----

É notória a desobediência à justiça por parte do senhor presidente neste capítulo, a qual não dá



C. J.

para entender!-----
A mim, deixa-me de tal maneira estupefacto, que não consigo encontrar explicação! -----
Daí que me interrogo: -----
O senhor presidente “abriga-se” (entre aspas), à sombra de quê? -----
É que, o mais comum dos cidadãos que prevarique contra a Lei, não tem qualquer hipótese!
Aquela, no imediato, é-lhe logo aplicada!-----
Afinal que tipo de justiça é esta, onde existem vários pesos e várias medidas? -----
Perante este órgão, atrevo-me a perguntar ao senhor presidente, face a tal situação, que
resposta me dá, não só a mim, bem como aos munícipes deste Concelho? -----
OBRAS DE SANEAMENTO NO CONCELHO-----
Senhor Presidente da Câmara,-----
A Câmara neste capítulo está a alhear-se bastante do cumprimento da sua função, no que
concerne à execução das obras de saneamento. -----
Isto porque, senão na totalidade do Concelho onde ocorrem as obras, em muitas freguesias as
populações andam numa azáfama constante, mercê dos problemas e dificuldades que as ditas
obras lhes criam! -----
Isto porque a entidade responsável pela execução das obras, não cumpre cabalmente a sua
missão, deixando as obras em muitos casos inacabadas, deslocando-se para outros locais
acarretando com este procedimento, graves inconvenientes às populações. -----
Por seu turno as equipas ou brigadas de fiscalização a quem compete acompanhar e exigir o
estrito cumprimento da correcta execução das obras, também deixam transparecer neste
capítulo uma grande indiferença para não dizer total alheamento. -----
Desde logo senhor presidente, a Câmara tem a obrigação de exigir o estrito cumprimento legal
à entidade responsável pelas obras, de modo especial na salvaguarda do total respeito pelos
munícipes. -----
REESTRUTURAÇÃO DAS PEDREIRAS DE LOUROSA -----
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, CRIADA E APROVADA NESTE ÓRGÃO -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----
Seja-me permitido recomendar a V. Exa. que providencie no sentido de esta se afirmar no
cabal exercício e fim para que foi criada. Uma vez que desde a sua eleição e formação, reuniu
uma só vez.” -----



Usou da palavra o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por abordar a questão do Centro Escolar de Arrifana. Referiu que não acompanhou o processo desde o início porque, na altura, não era membro da Assembleia e que, por isso, recorreu à memória de terceiros para perceber a origem da questão. Salientou que, pelo que foi informado, o problema do Centro Escolar de Arrifana iniciou-se quando, em 2006, a Câmara pretendeu fechar a escola de Manhouce, tendo, nessa altura, os pais desses alunos recusado o encerramento dessa escola. Disse que lhe cheira a uma espécie de vingança para com Arrifana, ressaltando que as pessoas de Arrifana não merecem esse tratamento. -----

Salientou que, em 2009, houve um parecer da análise e selecção da candidatura que foi positivo, dando o Centro Escolar de Arrifana como seleccionado – documento que exibiu – dizendo que o mesmo diz no seu cabeçalho “Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial – Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar”. Sublinhou que esse parecer foi positivo com os valores que já foram ditos na presente sessão, ou seja, de 1 milhão e 713 mil euros, sendo que 1 milhão e 200 mil euros seriam comparticipados pela comunidade europeia e os restantes 513 mil euros pela comparticipação nacional. -----

Salientou que, tanto quanto sabe, a desculpa usada foi de que não era possível encontrar um terreno para esse centro escolar e que, assim sendo, questionava se não teria justificado a Câmara ter gasto cerca de 100 mil euros num terreno, dizendo ser esse o valor que era falado nessa altura, para aproveitar a comparticipação de 1 milhão e 200 mil euros dos fundos comunitários. -----

Referiu que, agora, se a Câmara algum dia pretender fazer o Centro Escolar de Arrifana, vai ter de o fazer às suas expensas, com dinheiro saído exclusivamente do orçamento da Câmara Municipal. Frisou lhe parecer estar-se perante um erro de gestão e que o mesmo prejudica, e em muito, as pessoas de Arrifana. -----

Salientou que Arrifana não tem um território muito extenso, que tem quatro escolas relativamente pequenas distribuídas pelo seu território e que, por isso, fazia mais sentido Arrifana ter um Centro Escolar único do que em algumas freguesias, com extensões territoriais muito maiores, sublinhando que nessas não faz sentido ter um único Centro Escolar, porque vai ficar muito distante para alguns alunos. -----

Disse, a propósito, considerar a opção de fazer o Centro Escolar de Canedo uma má opção,



ressaltando que Canedo terá, dentro de pouco tempo, acesso a uma compensação, em géneros, pelo aterro sanitário que vai ser construído naquela freguesia. Ressaltou que um desses géneros poderia ser o Centro Escolar frisando que, desse modo, o mesmo seria construído às expensas do aterro sanitário. Realçou ser essa a sua perspectiva relativamente ao processo do Centro Escolar de Arrifana, acrescentando que, no seu entender, Canedo não precisava da esmola que lhe está a ser dada. -----

O membro Rui Tavares prosseguiu abordando uma outra questão, relacionada com o projecto das pedreiras de Lourosa. Disse ter, também, a informação de que a Comissão criada, a esse propósito, pela Assembleia Municipal, só reuniu por uma vez, salientando que têm saído notícias nos jornais a dizer que já há um projecto, de que tudo está mais ou menos definido, mas que a Comissão está parada e não é informada do que se passa. Referiu, contudo, não ser caso único, adiantando que existem mais comissões paradas, que continuam sem reunir.-----

Falou, em seguida, do Centro Escolar de S. Domingos, em Argoncilhe. Disse ter ficado espantado ao saber, em conversa tida com o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Argoncilhe, que esse Centro Escolar não estava pronto, que não tinha aberto por estarem em falta as obras de requalificação da antiga escola. Referiu que essas obras não estavam no projecto de Centro Escolar e que, nessa medida, terá de haver um novo concurso para a execução das mesmas e que, só depois de terminadas essas obras, é que o centro escolar estará pronto para a sua abertura. -----

Referiu que, em Sanguedo, fez-se o Centro Escolar contando com a requalificação da escola antiga, com tudo incluído, questionando o porquê disso não ter acontecido no Centro Escolar de S. Domingos, em Argoncilhe. -----

Prosseguiu aludindo à questão das obras do saneamento, propondo que o Sistema de Informação Geográfica da Câmara fosse posto ao serviço dos cidadãos, no sítio da Câmara na internet, em que, através de um mapa interactivo, qualquer cidadão pudesse consultar qual o ponto da situação das obras de saneamento, em cada uma das freguesias. -----

Salientou que queria falar, também, da questão das Actividades de Enriquecimento Escolar (AEC), dizendo ter sido uma questão que perturbou o início do ano lectivo em algumas freguesias, devido à não nomeação de professores para essas actividades. Referiu que essa nomeação, no ano passado, era responsabilidade da Câmara, que essa responsabilidade passou para os respectivos agrupamentos, questionando, a esse respeito, se essa decisão da Câmara,



ca

de não ficar responsável por esse processo, foi comunicada atempadamente a quem de direito, ou não. Disse que gostava de ser informado da razão de haver essas diferenças no Concelho, de uns agrupamentos terem professores, outros não. -----

Finalizando disse que, à luz dos critérios vindos a público a propósito das empresas municipais, a empresa municipal Feira Viva tem que ser extinta. Nessa medida, questionou quais as intenções da Câmara em relação à empresa municipal Feira Viva. -----

Interveio a deputada municipal *Idalina Sá Abreu* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Considerando -----

– A conjuntura económica actual, a qual condiciona e limita o acesso ao crédito pelas empresas; -----

– O tecido empresarial do nosso Concelho é composto sobretudo por pequenas empresas que não dispõem de grande autonomia financeira; -----

– E, uma parte significativa dos fornecedores deste Município pertence ao nosso Concelho; ---
Torna-se imperativo analisar os prazos médios de pagamentos a fornecedores praticados por este Município. -----

Assim, ao analisarmos estes gráficos deparamo-nos com uma situação grave e preocupante: ---

O Município de Santa Maria da Feira está classificado como o terceiro pior Município do Distrito de Aveiro em termos de prazos médios de pagamentos. -----

Além disso, no 2.º gráfico constata-se que os prazos médios aumentaram drasticamente, conforme reflecte a tendência ascendente desta curva, cerca de 32%. -----

Ora, não podemos ficar indiferentes a esta situação visto que, as empresas não dispõem de autonomia financeira suficiente para suportar estes atrasos nos pagamentos, originando graves problemas de tesouraria, os quais inevitavelmente irão reflectir-se em salários em atraso, despedimentos e por vezes situações de insolvência das próprias empresas. -----

Deve-se salientar ainda que, salários em atraso e despedimentos provocam instabilidade nas famílias, nomeadamente financeira e por conseguinte originam graves problemas sociais. -----

Por outro lado, os preços praticados pelos fornecedores, inequivocamente serão incrementados face à previsão tardia de pagamentos por parte do Município. -----

Face ao anteriormente exposto, adverte-se desde já para a necessidade de evitar o



alongamento excessivo das condições de pagamento a fornecedores.” -----

Acompanha o documento os gráficos nele mencionados, que a deputada municipal, a dado momento da sua intervenção, exibiu. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dizer que, como é do conhecimento público, a taxa do IVA referente à electricidade passa, a partir de amanhã, dos 6% para os 23%, e que isso traduz um aumento colossal na factura de todos os portugueses, incluindo os municípios, salientando que, segundo palavras do Secretário-Geral da ANMP, esse aumento implica, para os municípios, uma despesa adicional de cerca de 43 milhões de euros. Questionou qual o impacto dessa medida no Concelho de Santa Maria da Feira, tendo em conta os constrangimentos financeiros existentes e os futuros. -----

Referiu que essa questão conduz a uma outra, que é a questão da eficiência energética. A esse respeito, questionou se o projecto-piloto de iluminação da via pública com tecnologia LED, implementado na Rua Doutor Cândido Pinho, em Santa Maria da Feira, se mostrou eficaz. Disse que, segundo sabe, com a actual tecnologia de iluminação por LED consegue-se uma redução do consumo de cerca de 50%, sublinhando ser uma redução gigantesca que bem faria aos cofres do município, ainda mais tendo em conta a dimensão territorial do mesmo. -----

Salientou que o único projecto que conhece, mais recente, para a questão da eficiência energética no âmbito da iluminação da via pública, tem a ver com a instalação de reguladores do fluxo luminoso no centro urbano de Santa Maria da Feira, e que esse projecto já era do ano 2009. -----

Ressaltou que a CCDR-N tem um programa denominado de ECO.AP, de 12 milhões de euros, precisamente para a eficiência energética na Administração Pública, dizendo que o prazo para apresentar candidaturas finalizou em Junho passado e que ficou espantado ao constatar que o Município de Santa Maria da Feira não faz parte das entidades que concorreram a esse programa e viram os seus projectos aprovados. Questionou ao Sr. Presidente o porquê do Município não ter concorrido a esse programa. -----

Abordou, em seguida, a questão das Actividades de Enriquecimento Escolar, referindo que a situação é que quando a Câmara comunicou à DREN que não queria a responsabilidade da gestão desse processo, já tinha ultrapassado o prazo de 90 dias que tinha para o comunicar, levando a que muitas escolas fossem apanhadas desprevenidas e resultando na não nomeação



dos respectivos professores. Solicitou à Câmara explicações quanto a essa matéria.-----
O membro Nuno Serrano passou a aludir à questão relacionada com o edifício do tribunal. Disse saber que esse assunto é da responsabilidade do Ministério da Justiça e não da Câmara, mas que, e uma vez que o Sr. Presidente da Câmara foi uma das personalidades mais envolvidas no encontro de uma solução, lhe questionava se podia esclarecer a Assembleia se houve, ou não, algum parecer técnico que indicasse que o antigo edifício do tribunal estava na iminência de ruir ou se foi uma simples observação de um técnico que fez com que se tivesse de procurar um outro local, para mais de 15 anos, com um contrato envolvendo, na sua totalidade, cerca de 60 milhões de euros. Questionou ainda ao Sr. Presidente da Câmara se considerava normal essa forma de gerir a coisa pública.-----
Prosseguiu dizendo que o Bloco de Esquerda teve a informação de que a situação financeira da Associação Empresarial de Portugal (AEP) é bastante grave e que a mesma havia colocado à venda, inclusivamente, os terrenos do Europarque, para obter dinheiro para pagar à Banca. Frisou que a má situação financeira da AEP foi confirmada pelo Sr. Presidente da Câmara de Matosinhos quando, em declarações ao Jornal de Notícias, o mesmo disse não aceitar que os terrenos da Exponor venham a fazer parte integrante de um fundo imobiliário. No âmbito dessa matéria, questionou ao Sr. Presidente da Câmara se podia garantir que os terrenos do Europarque, em caso de venda, não vão ser utilizados para a especulação imobiliária.-----
Salientou, em seguida, que tendo em conta os critérios que constam do Documento Verde da Reforma da Administração Local, e usando os dados estatísticos de 2001, o Concelho de Santa Maria da Feira tem mais que 500 habitantes/Km² e, portanto, está no Nível 1 e, de acordo com o Documento Verde, tem de haver uma redução drástica de freguesias. Questionou ao Sr. Presidente da Câmara o que pensava a esse respeito.-----
Perguntou também ao Sr. Presidente da Câmara o que o mesmo pensa da questão das sinergias e das economias de escala, nomeadamente na Área Metropolitana do Porto, onde se insere o Município de Santa Maria da Feira, ressaltando que no Documento Verde vem afirmado, claramente, que a gestão do saneamento, dos resíduos sólidos e dos transportes devem fazer parte dessa gestão integrada. Frisou que essa situação foi reafirmada pelo Sr. Secretário de Estado, em entrevista ao Jornal de Notícias da passada segunda-feira.-----
Questionou ao Sr. Presidente da Câmara como pensa lidar com essa situação, tendo em conta que Santa Maria da Feira faz parte da Suldoiro, que a Área Metropolitana do Porto tem a



Lipor e que está para breve o anúncio de um novo aterro sanitário em Santa Maria da Feira. Concluiu a sua intervenção dizendo, relativamente à nova escola EB 2,3 em Santa Maria da Feira, que já foi aberto o concurso em Junho e, nessa medida, que gostava de saber para quando o início da construção dessa escola, qual a data prevista para a conclusão da mesma, ou se esse processo foi congelado pelo Ministério da Educação, pelo Governo do PSD/CDS-PP.-----

A deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) pediu a palavra para fazer um ponto de ordem à Mesa, o que lhe foi concedido.-----

A deputada municipal disse que o ponto de ordem à Mesa estava relacionado com o respeito pelos tempos das intervenções, lembrando a discussão tida aquando do acerto da grelha dos tempos, em sede da revisão do Regimento. Referiu que a CDU esteve, evidentemente, contra essa grelha estabelecida mas que, de qualquer das formas, continua a ser das poucas forças políticas a respeitar os tempos. Concluiu apelando no sentido de que os tempos das intervenções respeitassem o estabelecido.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, respondendo à deputada municipal *Lúcia Gomes*, disse que a questão é que não ficou definida a grelha dos tempos para o Período de Antes da Ordem do Dia. Referiu concordar com a deputada municipal, que devia ter ficado definido para o Período de Antes da Ordem do Dias mas que, como não ficou, se encontrava condicionado pelo Regimento, a menos que fosse intransigente e, chegando à hora estipulada, terminasse com esse Período. Ressaltou que não gostava de ter de proceder desse modo.-----
Posto isto, prosseguiu a sessão dando a palavra ao membro *Marco Jesus*.-----

Interveio o membro *Marco Jesus* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Estreou num canal televisivo há bem pouco tempo um “reality show” que promete dar muito falatório na populaça. Numa altura em que escolher entre, de um lado, a realidade dos telejornais, onde são expostos os ataques consecutivos aos direitos adquiridos pela plebe assim como a insensibilidade, a desorientação e a trapallice resultante da inexperiência do actual governo e, de outro lado, a realidade virtual bem festiva deste tipo de programas, é fácil



de perceber o sucesso destas.-----

O programa conhecido pelo nome de “casa dos segredos” consiste, pelo que sei, em descobrir sucessivamente os vários segredos bem guardados dos concorrentes. A Câmara Municipal da Feira, bem ciente do interesse que este tipo de programas recolhe junto dos portugueses e nomeadamente dos feirenses e na senda do que nos vem habituando ao longo dos anos, uma actuação inovadora, aberta e ambiciosa, não quis ficar atrás e vai daí criou a sua própria casa dos segredos.-----

Ora, esta casa dos segredos, entendam, claro, num sentido figurado, era conhecida até então como casa da justiça, ou para alguns, o Tribunal da Feira, acabou há uns dias de ver um segredo desvendado. Guardado a sete chaves, este segredo demorou quase 4 anos para ser conhecido. Afinal a “casa dos segredos” é segundo o Sr. Presidente da Câmara recuperável. À boa maneira de um trama do mestre Hitchcock, o enredo da casa da justiça do concelho conheceu, então, novos contornos. O efeito surpresa, característico nas obras do conhecido realizador, acompanha manifestamente, desde o início, todo este processo.-----

Muitos se perguntaram, desde logo, como seria possível que um edifício construído em 1991, cujos trabalhos de conclusão da obra foram da responsabilidade da Câmara Municipal que terminaria, como é sabido, com uma derrapagem de custos na ordem dos 600%, detectada pelo Tribunal de Conta, apresentasse tamanhas deficiências e uns, em surdina, outros em alta voz, condenaram e condenam tamanha desfaçatez denunciando a má condução de todo este processo e os seus custos para o erário público. O que ainda podemos retirar de tudo isto, conhecido o último segredo, é que os Srs. Engenheiros, técnicos e demais peritos não aparentam ter muita consideração pelo nosso Presidente da Câmara. Malvados sejam. As oscilações dos ditos, obrigaram o Sr. Presidente da Câmara a passar de uma posição onde dizia, em 2008 que, perante as deficiências estruturais do Tribunal, o seu encerramento pecava por tardio, e aqui, porventura, não seria estranho o facto de o país ter um governo socialista à cabeça, para uma posição onde diz que considera um erro demolir o edifício.-----

Eu diria que a instabilidade de todos estes responsáveis, desde a Câmara aos senhores engenheiros, parece ainda maior que propriamente os alicerces da casa dos segredos. Não excluo de todo a sua má disposição para com estes fidalgos. Afinal, é também a sua credibilidade política que corre perigo de derrocada.-----

Seja como for, o Sr. Presidente da Câmara, apesar de tudo, e de certo modo, deveria estar



C. J.

satisfeito. É que, com este último segredo desvendado poderá ter encontrado a boa justificação para o facto de ainda não ter procedido à demolição do edifício e sobretudo, desculpá-lo de ter deixado que durante mais de três anos aquele espaço se tenha tornado num antro de delinquência e marginalidade, fazendo com que aquela zona da cidade se tornasse numa zona insegura e pouco recomendável. -----

Ora, na sequência desta ultima novidade, Sr. Presidente, gostaríamos que esta Assembleia fosse uma espécie de “cenas dos próximos capítulos” e que V. Exa. desvendasse mais alguns segredos. -----

Desses segredos, falamos, obviamente, do futuro do Palácio. Assim, pergunto: O que pretende para o edifício? A demolição será, ainda assim a solução final, ou a sua requalificação é possível? Tendo a tutela do edifício sido transferida do Ministério da Justiça para a Câmara Municipal, com a incumbência de o demolir, diga-se, haverá lugar agora ao regresso do imóvel às suas origens? E o mesmo irá realojar novamente o tribunal? Por outro lado, caso o edifício se mantenha na autarquia, a ponderação entre o custo de recuperá-lo e do demolir está a ser equacionado? E qual o destino que a Câmara quer ver atribuído a esse espaço? Em todo o caso espero não ouvi-lo dizer, com todo o respeito, que...o segredo é a alma do negócio!” ---

Interveio o membro **Jorge Silva** (PSD) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Com um pouco de agilidade mental e algumas leituras em segunda mão, qualquer homem encontra as provas daquilo em que deseja acreditar” estas são palavras proferidas por Bertrand Russell que sinceramente também gostaria e desejaria repetir, mas a realidade daquilo que se passa com Arrifana leva-me a concluir que nem sempre estas frases se adequam aos tempos actuais. -----

Isto porque infelizmente os piores temores sobre a eventual construção do Centro Escolar de Arrifana acabaram por se concretizar. Tal se terá justificado, rezam as crónicas sob a sombra de critérios técnicos, que se foram moldando ao longo dos últimos 4 anos, por via de opções mais ou menos questionáveis e que entretanto foram levando ao contínuo êxodo de jovens alunos Arrifanenses para as Escolas do Concelho vizinho de São João da Madeira. Todos os critérios e mais alguns foram utilizados como justificação, para a decisão de cancelar o Centro Escolar de Arrifana, decisão tomada por unanimidade pelo Executivo Camarário. Como diz o



velho ditado popular – quando se quer, arranja-se maneira, quando não se quer, arranja-se um motivo, e foi este último que encontraram.-----

Devo aqui lembrar o conteúdo da Comunicação 32-D-11, datada de 10.09.2010, com origem no Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, comunicação essa que foi apresentada à Assembleia de Freguesia de Arrifana, pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia em 30.09.2010. Com o assunto inscrito de “Centro Escolar de Arrifana”, reza assim: -----

“Exmo. Sr. Presidente, -----

No seguimento da reunião realizada no dia 28 de Julho de 2010, venho pelo presente informar V. Exa. que será construído um Centro Escolar na Freguesia de Arrifana, conforme está previsto na Carta Educativa do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Informo, ainda, que a Câmara Municipal está a analisar a Rede Escolar actual, para que as condições físicas do Centro Escolar sejam adequadas às reais necessidades da freguesia, nomeadamente no que diz respeito ao número de alunos, número de salas e respectivas estruturas de apoio. -----

Com os meus melhores cumprimentos, -----

Atentamente” -----

E subscreve a Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude. -----

No espaço de um ano o que antes era uma certeza, passou agora a estar à espera de uma melhor oportunidade, isto na versão oficial, esperando que não se concretize a versão popular “No Dia de São Nunca À Tarde”. Não se coloca para nós Arrifanenses, a questão de Canedo justificar ou não a construção do seu Centro Escolar, mais do que Arrifana. Isto não é uma corrida e recusamo-nos a quem o tente vender como tal, até para justificar as suas decisões. ---

O que sabemos é o que foi prometido ao povo de Arrifana. Desde 2007. Repetido em 2009, nas Eleições Autárquicas. E ainda que sendo adiado, novamente caucionado através da comunicação que há pouco li em 2010.-----

Temo que tenha de concluir disso o definitivo adeus ao Centro Escolar para a Vila de Arrifana. Bem sei que a conjuntura não é boa. Mas também já não o era há um ano atrás quando a Câmara se voltou a comprometer na Construção do referido equipamento. Ou então, qualquer dia, irão dizer-nos que o Centro Escolar em Arrifana já não é necessário na medida em que não há alunos que justifiquem por si só a construção do Centro Escolar, pudera, se



eles se transferem aos magotes para São João da Madeira desde 2007, e vão contribuindo para aumentar os rácios no vizinho Concelho de São João da Madeira, motivando as contínuas apostas Governamentais no Parque Escolar Sanjoanense. -----

Já não se trata aqui da tão propalada EB 1 de Manhouce, definitivamente encerrada. Trata-se tão só de pelo menos se saber honrar palavras ditas e escritas provavelmente em função de um planeamento adequado e programado, penso eu. Queríamos bem que não fossem mentiras.”---

Interveio o membro *Augusto Santos* – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Hoje é o dia em que faço a minha primeira intervenção neste mandato como Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares e faço-o porque é minha obrigação, além de ser minha firme vontade, defender os interesses da freguesia e do povo que represento e que confia em mim essa missão. -----

Passaram sensivelmente 2 anos desde que tomei posse e perante a situação económica e financeira em que encontrei a Junta de Milheirós não me restava outra alternativa que não fosse pagar as dívidas a fornecedores no valor global de cerca de 160.000,00 € e para alcançar esse objectivo teria que alterar a estrutura de custos fixos da Junta que, à data, absorvia uma parte esmagadora do orçamento anual. Pois bem, durante 2 anos foi isso que fiz com a minha equipa através de uma reorganização interna que reduziu o n.º de funcionários, acabou com as ilegalidades, renegociou todos os contratos com fornecedores assumindo o compromisso de pagar a todos no prazo máximo de 30 dias, reduziu drasticamente as ineficiências e tornou a Junta de Milheirós uma entidade de bem, com as contas em dia e com a certeza de poder honrar os seus compromissos atempadamente. Tudo isto pode parecer estranho à luz do que se vai sabendo em relação às contas do país, dos arquipélagos e de tantos municípios como o de Santa Maria da Feira por exemplo, mas conseguimos-lo, com determinação, arte e muito, muito engenho. -----

Agora que fomos capazes de “arrumar a casa” por assim dizer, é tempo de colocar o olhar no horizonte e perspectivar o futuro sem vaidade mas também sem ingenuidade. A verdade é que durante estes 2 anos em que estivemos concentrados na nossa missão mantivemos relações de cordialidade com a Câmara Municipal sendo muito bem recebidos pelos Srs. Vereadores a quem agradeço desde já essa atenção. Infelizmente, do ponto de vista prático, isso significou



muito pouco para a freguesia de Milheirós de Poiares que continua a sentir-se esquecida no Sudeste deste concelho imenso, cheio de filhos e com pelo menos um “enteado” que dá pelo nome de Milheirós de Poiares. -----

Senão vejamos: -----

Exmo. Sr. Vereador, Dr. Celestino Portela, -----

Que solução nos ajudou a encontrar para resolver um problema relativo a um contrato que me atrevo a adjectivar de criminoso, feito 4 dias antes das eleições e com trabalhos a mais contratualizados 2 dias antes das eleições e que endividou a Junta em cerca de 95.000,00 €? ---

Que solução nos ajudou a encontrar para evitarmos os cerca de 11.000,00 € de juros de mora relativamente a esse e outro contrato relativo a obras antes das eleições?-----

Já se questionou que parte desses juros deveriam ser responsabilidade da Câmara Municipal que ainda não conseguiu pagar à Junta a parte que lhe compete?-----

É plausível que a Junta de Milheirós tenha que, nesse âmbito, “emprestar” dinheiro à Câmara Municipal da Feira?-----

E continuo: -----

Exma. Sra. Vereadora, Dra. Cristina Tenreiro, -----

Fizemos questão de a receber bem em Milheirós de Poiares e não compreendemos que, após uma solicitação concreta de apoio numa actividade cultural, mesmo não podendo responder afirmativamente, tenha enviado recado ao invés de assumir explicitamente a sua indisponibilidade para nos ajudar. -----

Já teve o cuidado de reparar que continuamos a zelar e a cuidar do nosso Jardim-de-Infância e da E.B. 1 da Igreja de acordo com o protocolo de transferência de competências, mesmo continuando a receber tarde e a más horas o valor que consta desse mesmo protocolo? Mais um empréstimo à Câmara Municipal da Feira?-----

Continuo: -----

Exmo. Sr. Vereador, José Manuel Oliveira, -----

Antes de mais um agradecimento porque não pode ser tudo mau. Nesse sentido, aqui fica um agradecimento público pela colaboração na elaboração do projecto de arquitectura que foi alvo de candidatura já aprovada ao PRODER. Mas Sr. Vereador, o grau de exigência de uma freguesia como Milheirós de Poiares é elevado e nós que valorizamos o nosso território e as nossas gentes não podemos negligenciar um território como a Pedra Verde, alvo da cobiça dos



concelhos limítrofes e por quem a Câmara da Feira tem feito absolutamente nada. Aqueles cidadãos e os industriais daquela zona querem água e saneamento nas suas casas e indústrias e a Câmara não pode estar simplesmente ocupada a imprimir facturas e mais facturas de taxas de rede. É preciso gastar tempo a resolver os verdadeiros problemas das pessoas. -----

Para finalizar: -----

Exmo. Sr. Vereador, Dr. Emídio Sousa, -----

Milheirós de Poiares é sem dúvida nenhuma a freguesia do concelho mais prejudicada com a construção da A32, auto-estrada que será inaugurada amanhã. Os pisos das estradas da freguesia ou parecem autênticos “campos de golfe” cheios de buracos ou autênticos “caminhos de cabras” como se dizia antigamente fruto dos remendos sucessivos com “tapa buracos” como se fazia com as calças no passado. A manutenção das estradas municipais é competência das Câmaras Municipais. Agora que terminaram as obras e que as contrapartidas estão negociadas com esta Câmara, o que vai fazer na Avenida Dr. Crispim, na Rua do Casal, na Rua do Autarca Eleito, na Rua António José de Bastos e em tantas outras completamente destruídas pela passagem de centenas de máquinas e viaturas pesadas? Servirá esta freguesia apenas para fazer aterros de caulinos que acabam no leito do Rio UI? -----

E relativamente à USF de Milheirós de Poiares anunciada num cartaz gigante nas últimas eleições e com direito a fotografia de família? Teremos de continuar a mendigar cuidados de saúde num posto médico ineficiente, sem regras e com médicos aparentemente em part-time? -

Vamos continuar a saber por telefone e na véspera das pontuais intervenções da Câmara na nossa freguesia como recentemente aconteceu com a intervenção na rede de águas pluviais e apenas porque era necessário que a Junta indicasse um local de depósito dos resíduos de construção da obra? Na véspera Sr. Vereador? É que Milheirós de Poiares só tem uma Junta de Freguesia e essa foi eleita democraticamente no passado dia 11 de Outubro de 2009. -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Santa Maria da Feira, -----

É tempo de perspectivar o futuro como disse há pouco mas convém que não tenhamos memória curta. Milheirós de Poiares não pediu terreno à Câmara para construir a sede da sua Junta e mais, cedeu terreno para isso, para a construção do Centro Social, do Posto Médico, da Escola E.B. 2,3, do Parque de Estacionamento e até doou terreno para a construção da USF. Mas o que é demais é exagero Sr. Presidente. Milheirós de Poiares colocou na sociedade muitas figuras ilustres sobretudo na primeira metade do século XX que, com muito esforço,



dignificaram a sua terra e cabe-nos sermos dignos desse esforço. Caso contrário eles até se revolveriam na tumba perante a nossa passividade e ligeireza. E, se me permitem, fazia justiça a alguns ilustres Milheiroenses:-----

Lembro os Dr.s irmãos Gaspar e Guilherme Alves Moreira;-----

Conselheiro Costa;-----

Dr. Crispim Teixeira Borges de Castro, nosso grande benemérito e Vice-presidente e vereador muitas vezes desta câmara;-----

Dr. Bernardo Costa, ilustre médico e várias vezes vice-presidente desta câmara;-----

O 1.º Bispo da Beira-Moçambique, homem de lucidez inteligência, foi Bispo aos 36 anos, falo de D. Sebastião Soares de Resende;-----

Lembro ainda o Professor Manuel Leão;-----

Comendador Rui Hoffle Araújo Moreira, grande empresário.-----

Todos estes de saudosa memória, mas que são nossos mentores.-----

Falo ainda de ilustres Milheiroenses vivos que muito nos honram:-----

Os irmãos Azevedos;-----

D. Carlos Azevedo, Bispo Auxiliar de Lisboa e seus irmãos Dr. Manuel Joaquim Azevedo (ex-Secretário de Estado da Educação);-----

Dr. José Maria Azevedo, também ligado à Educação;-----

Falo de Dr. Carlos Costa (filho do saudoso Dr. Bernardo Costa) e várias vezes Secretário de Estado e tantos outros filhos ilustres e outros anónimos que sempre lutaram pelo engrandecimento de Milheirós de Poiares.-----

Em época de mudanças, é tempo de fazermos um balanço e de sabermos com quem contamos e se à mulher de César não basta ser, tem que parecer, a verdade é que na política não basta parecer, é preciso ser efectivamente.-----

Por isso, Sr. Presidente, prove ao povo de Milheirós de Poiares que não está esquecido e que faz efectivamente parte do concelho de Santa Maria da Feira sob pena do “feitiço se virar contra o feiticeiro”. É que nós queremos estar com quem nos ajudar a construir uma freguesia desenvolvida para um futuro cada vez mais sustentável para os nossos filhos e os nossos netos. Queremos entregar-lhes uma terra melhor que aquela que recebemos dos nossos pais.---
Viva Milheirós de Poiares.”-----



Interveio o membro *Feliciano Pereira* – Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Duas infra-estruturas importantes como a auto-estrada A32 e a via rápida do IC2 que faz ligação à portagem pelo nó de Pigeiros, são vias estruturantes que passam pela freguesia a que presido, tendo a sua abertura aos automobilistas amanhã dia 01 de Outubro de 2011. -----

Tenho percorrido estas duas vias por diversas vezes onde detectei algumas lacunas que me deixaram muito preocupado. -----

Percorrendo o traçado da auto-estrada A32, quer no sentido Norte-Sul ou Sul-Norte, verifiquei que não existe qualquer placa com a sinalização com o nome da freguesia de Pigeiros, a indicar a aproximação à portagem sita, nesta freguesia. -----

Pelo facto peço desculpa aos colegas Presidentes de Junta dessas freguesias, mas indico como referência o exemplo das placas de informação da saída para a portagem de Gião que faz a ligação a Louredo, e portagem de Canedo que faz a ligação a Vila Maior, que apresentam indicações informativas quatro vezes. -----

Uma vez mais peço a compreensão dos meus colegas, bem como às suas populações, porque não é nem será minha intenção de os penalizar, mas pergunto, porque é que a freguesia de Pigeiros, a que eu presido, não teve o mesmo tratamento? -----

Tendo sido marginalizada. -----

Por tal motivo, ou eu estou errado e penso não estar, ou alguma coisa está mal. -----

Outras lacunas detectei, mas essa reclamação pode ou deve ser manifestada por outros autarcas. -----

Também na via rápida que liga o antigo traçado do IC2 ao nó de Pigeiros, não foi dado o mesmo tratamento nas placas de sinalização, ao dado a outras localidades, sendo eu já informado pela Câmara, que esta situação iria ser corrigida. -----

Hoje mesmo verifiquei que na via rápida do IC2 e seus acessos, algumas correcções já foram feitas. -----

Agradeço desde já ao senhor Presidente da Câmara Municipal e seus Vereadores, o empenho tido para que se procedesse a estas correcções. -----

Com a implantação desta via rápida do IC2, no acesso ao nó de Pigeiros na A32, a criação da rotunda agora existente, veio tornar a circulação pedonal entre a minha freguesia e a freguesia de Milheirós de Poiares, numa autêntica ratoeira aos peões. -----



Situação esta que me deixa muito preocupado com a segurança das crianças e adultos, que necessitam de utilizar esta passagem, pelo motivo desta freguesia de Pigeiros, pertencer ao Posto de Saúde de Milheirós de Poiares, bem como as crianças que frequentam o estabelecimento escolar da C+S, atendendo por vezes há falta de horários compatíveis com os meios de transporte existentes. -----

Em reunião tida com representantes de algumas empresas, como a Delace, solicitamos-lhes que construíssem passeios e passadeiras nem que fosse só de um dos lados, para minorar este problema, ficando eles de estudar o assunto para o solucionar. -----

Sei que a sinalização na auto-estrada A32, não é da competência da Câmara, mas solicito aqui hoje ao senhor Presidente da Câmara, para pressionar as entidades responsáveis para que venha a ser colocada a sinalização na auto-estrada A32, a indicação do nome da freguesia de Pigeiros. -----

E também a colocação de passeios e passadeiras junto à rotunda.” -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“ABUSOS DE PODER DAS ESTRADAS DE PORTUGAL – AUTO ESTRADAS DOURO LITORAL SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA -----

A construção de grandes redes viárias é noticiada como a aparição de sinais de progresso, de modernidade, de melhores acessibilidades, de mais segurança rodoviária, etc., para as populações abrangidas com esse serviço. As pessoas ficam um pouco anestesiadas pelas perspectivas vantajosas que essas modernas vias podem proporcionar na qualidade de vida das pessoas servidas nessas regiões. Mas nem tudo são rosas e muitos sofrem silenciosamente em nome desse pseudo-progresso. A destruição de propriedades, o desaparecimento da tranquilidade das pessoas que vivem junto a essas vias são sacrifícios eternos em nome da modernidade. Mas, além destas violências os proprietários ainda são vítimas de um abuso de poder que consiste em elevados prejuízos materiais ao consagrar uma faixa de protecção ao longo das vias que pode ir dos 50m (habitações) aos 70m (armazéns de indústrias) de reserva da berma da via, onde os existentes direitos construtivos desaparecem sem direito a qualquer indemnização. Isto não pode acontecer num Estado de Direito. As Autoridades Municipais (Câmara Municipal e Juntas de Freguesias) devem de forma simplificada informar os



proprietários desses constrangimentos e consequentes prejuízos com a desvalorização das propriedades e estar ao lado deles na defesa dos seus legítimos interesses. É preciso divulgar estas consequências e não deixar abandonados os feirenses abrangidos que por desconhecimento ainda não se aperceberam dos prejuízos. Assim recomenda-se a intervenção da Câmara Municipal e das Juntas das Freguesias afectadas, a solidariedade desta Assembleia no apoio informativo a quem os munícipes podem reclamar a perda de direitos de construção com a criação da faixa de protecção da A32 e seus acessos nomeadamente a perda de capacidade construtiva. É imperioso informar os menos atentos para esta realidade. A construção de uma auto-estrada paredes meias com habitações, provoca uma desvalorização muito grande na qualidade de vida dessas pessoas, bem como no seu valor patrimonial dessas habitações.-----

Gostava ainda que esta preocupação chegasse à Sr.^a Ministra do Ordenamento do Território a pronunciar-se sobre estas injustiças. -----

Antes de tudo devemos defender os interesses do nosso concelho, dos nossos munícipes pois a empresa concessionária de serviço público nada tem. Vamos combater injustiças que vão afectar muitos munícipes feirenses. Vamos combater o abuso de poder das Estradas de Portugal – auto estradas Douro Litoral, com a apropriação de direitos sobre os terrenos que não são seus através da reserva de uma faixa de não edificação, sem indemnizar os seus proprietários.-----

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SOBRE OS FEIRENSES -----

Muitos feirenses estão a receber ameaças através de cartas registadas enviadas pela Indáqua, que terão que ligar as suas redes prediais de águas e saneamento às respectivas redes públicas sob pena de pagarem multas de centenas de milhar de euros com ramais de ligação. -----

Eu próprio, na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Pigeiros, reclamei em Maio junto da Indáqua pedindo a suspensão da cobrança de taxas sobre ramais visto o Município já cobrar taxas para infra-estruturas de água e saneamento no momento de licenciar as construções. A resposta, naturalmente, como era esperada, foi negativa, porque os interesses da Concessionária são outros, contrários aos interesses dos consumidores. -----

De imediato respondi ao responsável pelo serviço de cobrança de taxas da Indáqua, nos seguintes termos:-----

“Sobre a resposta enviada naturalmente não esperava que nos desse razão, visto os vossos



interesses são contrários aos nossos, consumidores. -----

Todavia, as coisas mudaram. O sinal mais evidente dessa mudança é o seguinte facto: -----

Na Assembleia Municipal de 30/06/2011 questionado com a mesma reclamação, o Sr. Presidente da Câmara, inequivocamente a pessoa mais indicada para se pronunciar sobre a presente discussão disse (reprodução da acta), -----

“Referiu que, efectivamente, há uma sentença do tribunal de Braga que considera ilegal a cobrança dos ramais, que isso foi noticiado, mas que não se sabe qual o fundamento dessa sentença, lembrando que a cobrança dos ramais é uma situação generalizada, que se dá por todo o País (um à parte, o que não é verdade). Salientou contudo que nos termos da ERSAR dizem que, tendencialmente, deve-se acabar com a cobrança dos ramais. Recordou que, em 2012, vai haver, conforme o contrato com a Indáqua, o estudo do reequilíbrio financeiro da concessão, que já está a haver alguma negociação nesse sentido e que se está a pensar em deixar de cobrar os ramais até porque isso poderá ter, por outra razão, interesse para o Município.” “Diz ainda que o serviço de água e saneamento tem de ser autosustentado.” -----

Perante o exposto ficou claro que qualquer munícipe deverá pedir a ligação de água e saneamento na condição de não ter que pagar taxas com ramais com montantes de muitas centenas de euros. E na situação de crise presente, não é justo sujeitar a maioria da população com baixos rendimentos a encargo destes. Que se ajuste o tarifário o pagamento desses ramais é uma forma de amortizar esses investimentos. Diz o senhor Presidente da Câmara. Mas, os consumidores acrescentam: “que seja de forma suave, pois só assim se tornará mais fácil a adesão das pessoas a serviços fundamentais para a sua qualidade de vida.” -----

Agora, ameaçar as pessoas com coimas ou multas não é um procedimento correcto, porque andar a assustar as pessoas com cartas registadas, é terrorismo psicológico. As pessoas não têm culpa do atraso que o concelho chegou, e não é à força que se obrigam as pessoas a pagar por erros que não têm culpa. O que estão a fazer não é justo, nem aceitável assustar violentamente as pessoas aterrorizando-as com pesadas multas se não ligarem. Não aceitamos a política do medo e combateremos contra os vampiros que entram nos bolsos dos consumidores. -----

Na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Pigeiros e de 1.º eleito do PS na Assembleia Municipal, apelo aos Pigeirenses e aos Feirenses em geral que não paguem as taxas pelos ramais que a Indáqua quer cobrar à força através de cartas registadas. -----



C.F.

Ouçam as pessoas. Não as assustem. Sejam sensíveis aos seus problemas. Tenham sensibilidade social. Não sejam violentos. Mais uma vez ouçam as pessoas, coloquem-se na situação dos consumidores em especial dos mais desprotegidos. Desempregados, reformados com pensões abaixo do salário mínimo, proprietários com rendas baixas. Centenas de euros para a Indáqua e milhares de euros para executar as suas redes prediais. Haja um pouco de decência.-----

Agora, dirigindo-me ao Sr. Presidente da Câmara, não preciso de lhe dizer das dificuldades que as pessoas estão a passar. Os próximos tempos ainda vão ser piores, há milhares de famílias que não dispõem de centenas ou milhares de euros para pagar taxas de ligação de águas e saneamento. Aplicar coimas ou multas em tempos de crise? Não sacrifiquemos mais os feirenses. Haja sensibilidade social. Sr. Presidente, rapidamente ordene que a Indáqua pare com estes avisos que são ataques aos bolsos dos feirenses, que apelido de terroristas. Pois, como sabe não o vejo como figura principal deste filme de terror. Reconheço-lhe humanidade e sensibilidade social, acredito que vai atender o meu pedido.-----

MELHORIAS DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA -----

1 – Transparência:-----

– A taxa cobrada aos munícipes pela apresentação de uma reclamação ou denúncia, uns pagam outros não – é inaceitável este procedimento da Câmara.-----

– No licenciamento de construções se o arruamento de acesso não estiver pavimentado, para uns é indeferido para outros não. Uns trazem uma declaração da Junta que produz efeitos eternamente inclusive se emitem licença de utilização se a rua pavimentada. Existem casos que esses arruamentos não têm saída nem se consegue fazer a inversão de marcha. -----

2 – Respeito pelo Munícipe:-----

Tendo ultrapassado o tempo limite num estacionamento pago (parcómetro) o proprietário da viatura é multado em 30 €. Por vezes o tempo excedido é de minutos e justificado por consulta médica, atrasos nos serviços públicos, por razões de trabalho, transporte de materiais ou equipamentos, etc. Devia à semelhança de outros municípios a infração ser uma verba igual à ocupação de um dia desde que essa infração fosse paga no mesmo dia.” -----

Interveio o membro *Adriano Martins* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----



“Depois da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, eu não poderia ficar em silêncio. Sou milheiroense com orgulho e tenho o privilégio de conhecer bem a realidade da nossa terra até pelas funções que desempenho como Presidente da Assembleia de Freguesia. Nesse sentido, não poderia deixar passar esta oportunidade sem manifestar o meu repúdio pela ausência de resposta às moções apresentadas e votadas por unanimidade na Assembleia de Freguesia que foram posteriormente enviadas às entidades responsáveis incluindo à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Penso que não é com absoluto silêncio que se tratam os órgãos políticos representativos dos cidadãos e que estão mais próximos destes como é o caso das Assembleias de Freguesia e das Juntas de Freguesia. E porque as perguntas ficaram sem resposta eu quero aproveitar esta oportunidade para questionar o seguinte à Câmara Municipal: -----

1. Qual o plano da Câmara para pavimentar as muitas ruas de Milheirós de Poiares cujo piso está completamente danificado consequência da passagem das máquinas e viaturas afectas à construção da A32, até porque tenho conhecimento da realização de uma reunião na próxima 2.ª Feira entre a Câmara e os responsáveis da A32 onde se irá decidir quais as estradas a reparar pelos danos causados durante a construção da A32? Espero que, a bem da justiça, Milheirós de Poiares seja contemplada.-----

2. Porque é que a ligação rodoviária de Milheirós de Poiares à freguesia de Cesar esteve interrompida durante mais de 1 ano quando ao cabo desse tempo a solução encontrada é a mesma que poderia ter sido construída há 1 ano atrás? -----

3. Porque é que estava prevista a construção de uma rotunda na Rua do Pereiro de ligação ao IC2 e a mesma não foi construída?-----

4. Porque é que não foi salvaguardada a ligação da Rua Eng. Mário Moreira à rotunda onde confluem a Rua do Pereiro e a Rua Rego do Vale?-----

São estas e outras questões que os membros da Assembleia de Freguesia de Milheirós de Poiares gostariam de ver respondidas uma vez que as moções enviadas caíram no esquecimento.-----

E eu gostaria ainda de evidenciar que, de facto, esta Câmara tem 2 pesos e 2 medidas no tratamento das Juntas de Freguesia como se houvessem feirenses de primeira e feirenses de segunda. Veja-se o tratamento que teve a Junta de Freguesia de Escapães, em que a Câmara através de um protocolo assumiu o custo das obras efectuadas nessa freguesia ao contrário do



C. J.

que acontece com a Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. Milheirós de Poiares tem sentido a existência de dois pesos e duas medidas ao longo dos últimos 2 anos e os milheiroenses não se conformam com isso e estão dispostos a encontrarem todas as soluções ao seu alcance para garantirem o desenvolvimento da sua terra. Basta de hipocrisia! Se não nos querem no concelho de Santa Maria da Feira digam-nos que encontraremos uma solução; se nos querem no concelho provem aos milheiroenses que isso lhes traz alguma vantagem, caso contrário o descontentamento e insatisfação do povo atingirá um nível insustentável e terão que ser equacionadas novas soluções para o problema.” -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que lhe apetecia prescindir de usar da palavra mas que decidiu fazê-lo por uma razão, em sinal de protesto, dizendo que não se cumpre nada daquilo que se acorda nas reuniões preparatórias e que se revolta com isso. Disse ser muito bonito elogiar o Sr. Presidente da Assembleia pela condescendência, mas considera muito mau que se esteja mais de duas horas no Período de Antes da Ordem do Dia quando o Regimento diz que o mesmo tem a duração de uma hora.----
Concluiu dizendo que não iria falar o que tinha intencionado para utilizar o mínimo de tempo possível e para permitir que a Ordem de Trabalhos possa começar o mais rapidamente possível. -----

O membro *António Cardoso* (PS) referiu – a partir do seu lugar – que foi dito na reunião preparatória que o Período de Antes da Ordem do Dia desta sessão seria elástico, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* retorquiu dizendo que nem tanto e que efectivamente, em “off the record”, sem nenhum compromisso, comentou, sorrindo, que como a Ordem do Dia era mais curta provavelmente o Período de Antes da Ordem do Dia seria mais amplo. Referiu, contudo, que esse foi um seu comentário e que não esperava que o Período de Antes da Ordem do Dia tivesse a extensão que estava a ter. -----

Ressaltou não ser possível ordenar os trabalhos de uma forma mais racional sem a cooperação e a coordenação interna dos partidos, frisando que, como já havia dito, poderia ter chegado às 23 horas e não ter dado a palavra aos membros inscritos que ainda não tinham usado da palavra, como é poder da Mesa, mas que não o fizera. -----

Passou, em seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos



que entendesse convenientes, face às questões colocadas.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por agradecer a grande confiança que os Srs. deputados municipais mostraram ter na sua capacidade de responder ao sem número de perguntas que lhe foram colocadas, e que iria tentar ser um pouco mais objectivo do que foram os Srs. deputados municipais, ao colocarem as questões.-----

Relativamente a questão do Centro Escolar de Arrifana, disse ter ressaltar que foram feitas afirmações falsas, fazendo sobressair que nunca houve nenhuma candidatura aprovada aos fundos comunitários para o Centro Escolar de Arrifana. Referiu, também, que não há nenhuma diferenciação no tratamento da Câmara para com as freguesias. Informou que estava previsto, para Arrifana, uma escola com 13 turmas mas que, com os estudos mais recentes, chegou-se à conclusão que bastaria uma escola com 8 turmas e que, nessa medida, está a ser refeito o projecto para ser, logo que possível, apresentada a candidatura.-----

Disse, ainda, não perceber porque está tanta gente preocupada por se ir fazer uma obra na freguesia de Canedo.-----

Nesse âmbito, informou que se optou fazer a candidatura do Centro Escolar de Canedo à frente do de Arrifana porque em Arrifana todas as escolas estão a funcionar em salas regulares enquanto em Canedo estão a funcionar em salas modulares. Realçou, contudo, que a razão maior para isso é que o projecto do Centro Escolar de Canedo já se encontrava feito, e o de Arrifana ainda não.-----

Salientou ser preciso saber ler os documentos e que o documento de que o membro Rui Tavares terá falado seria, possivelmente, um documento do Gabinete de Estudos do Ministério da Educação que diz justifica-se um Centro Escolar em Arrifana. Frisou, uma vez mais, que não há nem nunca houve uma candidatura aprovada aos fundos comunitários para o Centro Escolar de Arrifana, mas que essa candidatura será apresentada brevemente, logo que o projecto esteja concluído.-----

Sobre o Centro de Artes de Rua disse ter explicado recentemente, numa reunião camarária, que ainda não foi feita a apresentação pública do projecto pela simples razão de que há uma candidatura aprovada para 8 milhões de euros de obra, e a primeira versão do projecto que foi entregue à Câmara custava mais de 11 milhões de euros. Realçou que como a Câmara não tem capacidade para fazer a obra com essa ordem de valores, ordenou aos projectistas que



adaptassem o projecto aos 8 milhões de euros. Sublinhou que para se conseguir um corte de mais de 3 milhões de euros num projecto é preciso refazer muita coisa e que isso não é uma tarefa tão fácil como alguns possam julgar. Explicou ser esse trabalho que está a ser feito, dizendo esperar que, dentro de dias, estejam reunidas as condições para se apresentar o projecto. -----

Quanto ao antigo edifício do tribunal, disse ficar admirado por ver alguns Srs. deputados municipais a brincarem à ficção com essa questão, ressaltando que se houve algum pragmatismo nesse assunto foi por parte da Câmara. Lembrou que o anterior governo, do Eng. José Sócrates, ordenou que se encerrasse aquele edifício e alugou um outro ao lado, sem que houvesse qualquer responsabilidade da Câmara nesse processo. Focou que o actual Secretário de Estado anda a visitar todas as instalações que estão alugadas no País para tentar fazer uma renegociação dos contratos de aluguer, sublinhando que esses alugueres representam 40 milhões de euros por ano. Frisou que a opinião que transmitiu ao Sr. Secretário de Estado é que considerava um erro demolir o edifício onde estava instalado o tribunal. -----

Acrescentou que o anterior governo, quando tomou a atitude de alugar um espaço, impôs à Câmara a demolição do edifício para justificar o ter alugado outras instalações e, perante isso, a Câmara esperou que o governo mudasse para que fosse possível dialogar e analisar a possibilidade de recuperar o edifício, ressaltando ser isso que, felizmente, está a ser feito. -----

Relativamente à afirmação da deputada municipal Lúcia Gomes de que havia centros escolares cujas obras estavam paradas, disse não haver nenhum centro escolar parado. Referiu que, apesar das muitas críticas, a realidade é que a Câmara conseguiu, numa 1.ª fase, apresentar 15 candidaturas para centros escolares, assumindo que, dado a pressão e o curto prazo com que foram feitos os projectos, alguns continham alguns erros. Salientou, apesar disso, considerar que essa foi a melhor opção pois foi a maneira de avançar com 15 candidaturas, ressaltando que alguns já estão a funcionar desde o ano passado, como os de Lobão e Louredo, outros entraram em funcionamento neste mês de Setembro, e que os restantes entrarão em funcionamento no seu devido tempo. -----

Reconheceu ter havido algum atraso nas obras de alguns centros escolares em que foi preciso haver ajustes no projecto, como aconteceu em Espargo e S. João de Ver, mas que também houve uma situação em que o empreiteiro abandonou a obra, concretamente em Lourosa, dizendo que culpar a Câmara por isso é fazer chicana política. -----



Relevou ainda que a pressão nos projectos, que como disse tinham pequenas falhas, para possibilitar as candidaturas em tempo foi a melhor opção, fazendo sobressair que, agora, é muito mais difícil conseguir aprovar novas candidaturas, pois as verbas ainda não comprometidas no QREN para esse fim são muito residuais. -----

Sobre a questão do fibrocimento nas escolas, disse ser verdade que a Câmara teve um projecto para retirar o fibrocimento das escolas mas que, entretanto, o empreiteiro a quem tinha adjudicado fechou. Disse, contudo, que no presente momento, e numa atitude de boa gestão porque algumas dessas escolas vão ser substituídas pelos centros escolares, como é o caso de Valrico – S. Miguel de Souto, seria um erro estar a substituir o telhado. -----

Salientou que vê o PS muito preocupado com a substituição do fibrocimento nas escolas da responsabilidade da Câmara, que têm cerca de 300 alunos, mas que nunca o viu preocupado e a reclamar com o Ministério da Educação, do Governo Socialista que acabou, e que tem cerca de 1200 alunos na escola EB 2,3 de Santa Maria da Feira, que também tem fibrocimento. Salientou que isso diz da objectividade de algumas críticas e de algumas perguntas que são feitas à Câmara Municipal. -----

Quanto à questão das creches e dos berçários, disse que a deputada municipal Lúcia Gomes teria de concordar que esse é um assunto da responsabilidade da Segurança Social, e não da Câmara. -----

No que respeita à Escola de Hotelaria, disse que essa é da responsabilidade da Administração Central. Contudo, fez sobressair que a Câmara já fez mais do que aquilo que tinha a fazer, pois ofereceu o terreno bem como fez e ofereceu o projecto. Disse ter a indicação de que se aguarda a autorização do Sr. Secretário de Estado do Turismo para que se abra o concurso para a obra. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu dizendo que o membro Victor Neves tem um problema que se prende com a demolição de um edifício em Lourosa, como se o próprio tribunal, que produziu uma sentença, não fosse capaz de fazer cumprir as suas sentenças. Referiu que, às vezes não percebe bem os interesses de quem o membro Victor Neves está a defender, dado o número de vezes que fala desse assunto na Assembleia Municipal. Frisou que o tribunal fará, naturalmente, cumprir as suas decisões. -----

Quanto às críticas relacionadas com as obras da rede de saneamento, fez notar que estão em obra, no Concelho, cerca de 600 quilómetros de rede de saneamento, e que ninguém deve ter a



ilusão de que isso não traz problemas às populações. Disse que a Câmara foi criticada por não fazer a obra e que, agora, considera que a grande preocupação de alguns dos membros da Assembleia é ver que a obra está a ser feita. -----

A propósito do Centro Escolar de S. Domingos, em Argoncilhe, explicou que se entendeu que se deveria fazer uma pequena requalificação no edifício antigo antes de colocar esse Centro Escolar a funcionar. Referiu que os projectos são diferentes, que a obra da candidatura já se encontra feita, que a obra da requalificação da parte antiga não entrou na candidatura, e que é essa requalificação que está a ser feita. -----

Relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), esclareceu que a Câmara, no momento oportuno, decidiu que não se responsabilizava pelas AEC. Disse que, analisada a receita e a despesa, constatou-se que as AEC deram à Câmara um prejuízo de cerca de 400 mil euros e que, portanto, a Câmara não está na disposição de aguentar esse prejuízo quando a responsabilidade pelas AEC é do Ministério da Educação, que as vai manter por intermédio dos Agrupamentos. -----

O Sr. Presidente da Câmara passou a aludir às questões colocadas sobre a empresa municipal Feira Viva, nomeadamente sobre a afirmação de que a mesma terá de ser extinta. -----

Disse reconhecer que haverá empresas municipais que foram criadas para poder justificar o pagamento aos administradores, garantindo, contudo, que na empresa municipal existente em Santa Maria da Feira isso nunca aconteceu. Fez sobressair que, na Feira Viva, há um único administrador a receber vencimento, que essa pessoa não é, nem nunca foi o Presidente da Câmara ou qualquer vereador da Câmara, nem é funcionário da Câmara, mas sim uma pessoa que se entendeu ter condições para ser administrador. Informou que essa pessoa ganha o mesmo que um vereador da Câmara e que esse foi, desde sempre, o critério tido relativamente à remuneração desse administrador da Feira Viva, ou seja, que não auferisse um rendimento superior ao de um vereador da Câmara. -----

Salientou, a respeito da Feira Viva, que a questão prende-se com o endividamento, sublinhando que a empresa municipal pode ter endividamento como não ter endividamento nenhum. Explicou essa sua afirmação dando o exemplo da organização do Imaginarius, dizendo tratar-se de um evento que não tem receita e que custa cerca de 200 mil euros. Referiu que a Câmara contrata com a Feira Viva a organização do Imaginarius e transfere para a empresa municipal, para essa organização, os referidos 200 mil euros. Focou que



existem duas formas de contabilizar essa situação, ou como prejuízo da Feira Viva ou como uma prestação de serviços à Câmara com a correspondente factura. -----

Realçou que a diferença é que o prejuízo não paga IVA e que é por essa razão que a empresa municipal Feira Viva tem apresentado prejuízos sistemáticos nos últimos anos. Fez sobressair que, com a legislação que irá ser aprovada, a Feira Viva vai deixar de dar prejuízo e que a alternativa será a celebração de contratos para fornecimentos de serviço e, nesse caso, vai ter de se pagar o IVA. -----

Salientou, no âmbito da Feira Viva, que a edição do corrente ano da Viagem Medieval até deu um ligeiro superávit, que não foi preciso verba do orçamento da Câmara, sublinhando estar plenamente convencido de que caso fosse a Câmara a organizar a Viagem Medieval não era possível fazê-lo sem sobrecarregar o orçamento, sublinhando que a gestão é diferente e que as condicionantes dos próprios funcionários são diferentes. Referiu que nenhuma Câmara consegue implementar a política da Feira Viva no que diz respeito aos funcionários, dizendo haver centenas ou até milhares de horas extraordinárias dos funcionários da empresa municipal que não são pagas mas sim são gozadas em épocas em que não há Viagem Medieval, não há Imaginarius, não há Terra dos Sonhos, ou seja, em épocas em que não há tanto trabalho. Disse que, a ser extinta a Feira Viva, a Câmara terá de admitir os funcionários que estão na empresa municipal e depois se verá se a Câmara consegue realizar os mesmos eventos que realiza a Feira Viva mantendo os mesmos custos, fazendo sobressair que está plenamente convencido de que não o conseguirá.-----

Ainda a propósito, disse ter estado presente numa reunião da Área Metropolitana do Porto, realizada hoje, e que foi deliberado, por unanimidade dos 14 Presidentes de Câmara presentes, dizer ao Governo que se tomar a atitude que se propõe fazer para com as empresas municipais, que tome a mesma atitude para com o sector empresarial do Estado. Sobre isso, ressaltou que a dívida das Câmaras, já com as empresas municipais incluídas, é de 8 mil milhões de euros, enquanto a dívida do sector empresarial do Estado é de 200 mil milhões de euros. Salientou achar essa deliberação razoável, dizendo que tal como não há feirenses de primeira e feirenses de segunda, também não há cidadãos portugueses de primeira e cidadãos portugueses de segunda.-----

Sobre a questão dos atrasos de pagamento da Câmara, sublinhou que está a ser feito um trabalho muito grande para diminuir os prazos de pagamento, mas que há situações que não



podem ser ignoradas. Realçou que o Governo Socialista, a meio do ano passado, tirou à Câmara quase 1 milhão de euros e, no Orçamento Geral do Estado para 2011 retirou mais 1 milhão e 700 mil, salientando que, com esse dinheiro, talvez fosse possível a Câmara estar a pagar a 3 ou 4 meses.-----

A respeito dessa matéria, referiu que o Governo português está a receber do FMI 78 mil milhões de euros para consolidar o deficit, que na contabilização da dívida do Estado estão incluídas as dívidas das Câmaras que representam 4% do deficit nacional. Disse que era razoável que 4% desse empréstimo fosse entregue às Câmaras, para diminuir o défice das mesmas. Reiterou que o Governo Central ficou com o dinheiro que pertence às Câmaras, retirou-lhes, em 2010, 900 mil euros e, em 2011, mais 1 milhão e 700 mil euros, e que se isso não acontecesse a situação financeira da Câmara seria bem melhor.-----

Proseguiu dizendo, relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, que, se calhar, seria mais justificável que essa intervenção tivesse sido feita na respectiva Assembleia de Freguesia.-----

Deu nota, relativamente à afirmação de que o anterior Presidente daquela Junta de Freguesia tinha deixado uma dívida de 160 mil euros, que, segundo disse saber, a Junta de Milheirós de Poiares tinha a receber uma verba superior àquela no âmbito da construção da A32, negociada pelo anterior Presidente da Junta.-----

Salientou que, além dessa, há uma verba da Câmara a entregar à Junta de Milheirós de Poiares.-----

Em relação à Unidade de Saúde Familiar (USF) de Milheirós de Poiares, disse que a Junta de Freguesia deu o terreno, que a Câmara assinou um protocolo com a Administração Regional de Saúde (ARS), na presença do então Sr. Secretário de Estado, Manuel Pizarro, para as USF de Argoncilhe e de Milheirós de Poiares, que inclusivamente se chegou a abrir concurso para essas duas obras, tendo o concurso referente à USF de Milheirós de Poiares ficado deserto pelo valor base ser demasiado baixo, estando a ARS Norte a rever o valor das medições e orçamento.-----

Relativamente à questão colocada pelo membro António Cardoso, a respeito do pagamento dos ramais das redes de abastecimento de água e de saneamento, disse que essa é uma questão recorrente e que já lhe deu, inclusivamente por escrito, resposta a essa questão.-----

Quanto ao plano de pavimentações das ruas estragadas pela construção da A32, disse que



escusava de dar resposta porque o membro Adriano Martins já o havia feito quando informou que, na próxima segunda-feira, a Câmara vai reunir com os elementos responsáveis pela A32, para resolver esse e outros assuntos. Concluiu dizendo que não tinha conhecimento dessa reunião, mas que como o membro Adriano Martins lhe deu essa notícia, devolvia a informação.-----

O membro *Victor Neves* (PS) pediu a palavra para defesa da honra, o que lhe foi concedido. -- Referiu que, a dado momento, o Sr. Presidente da Câmara disse que não sabia em defesa dos interesses de quem é que ele – Victor Neves – trazia a questão do edifício de Lourosa à Assembleia Municipal. Sobre isso, disse respeitar o Sr. Presidente na qualidade de Presidente da Câmara, mas que não lhe admitia que fizesse insinuações desse nível a seu respeito. ----- Ressaltou que o Sr. Presidente da Câmara, melhor do que ninguém, sabe qual o tipo de interesses que levaram, naquela ocasião, ao licenciamento da obra em causa. ----- Frisou que ele, Victor Neves, como cidadão, já na altura em que a Junta de Freguesia de Lourosa era presidida pelo Sr. Carlos Gomes, participou em Assembleias de Freguesia de Lourosa para, nesse local, levantar a questão. ----- Sublinhou que houve quem estivesse interessado em fazer um edifício naquele local, com menos um piso do que o que foi construído, mas que a Câmara, naquela altura, entendeu não licenciar. Questionou os interesses de quem é que a Câmara defendeu ao não licenciar. ----- Concluiu dizendo que, até à data e até ao termo da situação, vai receber tanto como qualquer um dos restantes membros da Assembleia, que nada têm a ver com Lourosa. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* disse que daria a palavra aos membros que não viram alguma das questões colocadas respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara, apenas para precisarem quais foram essas questões que ficaram por responder. -----

O membro *Nuno Serrano* (BE) usou da palavra para recordar as questões que colocou relativamente à nova escola EB 2,3 em Santa Maria da Feira, bem como a relacionada com os projectos de eficiência energética. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente Câmara* para, relativamente à situação da nova escola EB



2,3 de Santa Maria da Feira, dizer que o membro Nuno Serrano fez a questão e, ao mesmo tempo, deu a resposta, quando disse que se encontrava aberto o concurso para essa escola. Referiu que não tinha mais nada a acrescentar quanto a essa matéria. -----

Quanto à questão da eficiência energética, disse que foi feita uma experiência piloto em uma ou duas ruas do Concelho, com iluminação pública por LED, referindo, contudo, que está por provar a poupança de 50% que as empresas vendedoras anunciam. Fez sobressair que o investimento que essa tecnologia envolve é muito grande e que a Câmara tem de estar atenta aos interesses do Município de Santa Maria da Feira e não àquilo que as empresas vendedoras dizem. -----

Interveio o membro *Augusto Santos* – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares (PS), que começou por dizer ser mentira que a anterior Junta de Freguesia tinha negociado 150 mil euros no âmbito da construção da auto-estrada, frisando que, na passagem de testemunho, a anterior Junta deixou uma dívida de 160 mil euros e que quem negociou os terrenos da auto-estrada foi a Junta de Freguesia actual, informando que foi negociada uma verba de 247 mil euros. Realçou que a Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares não gastou um tostão desse dinheiro para pagar a dívida, sublinhando que a dívida foi paga com muito esforço, apertando muito o cinto. -----

Salientou que, pelo menos, ficou com a satisfação de ter sabido aquilo que, na Assembleia de Freguesia, andava há dois anos a tentar saber, bem como a pedir ao anterior Presidente de Junta e à sua equipa que desse a pista, à actual Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, de como pagar a dívida deixada. Disse ter então descoberto, na presente sessão, que era com dinheiro que a Câmara lhe dava. -----

Concluiu dizendo que reduzir as preocupações que manifestou na sua intervenção inicial às duas curtas respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, é muito pouco. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) para dizer que deixava à Mesa o documento a que fez referência na sua anterior intervenção, quando falou do Centro Escolar de Arrifana, pedindo que a Mesa providenciasse no sentido de que esse documento fosse distribuído aos membros da Assembleia Municipal. -----

Referiu que esse documento chegou à Assembleia Metropolitana do Porto, e até mais longe



CF

do que isso, que existiu essa candidatura para esse efeito, com os valores que divulgou e que constam do documento, e que bastava a Câmara ter vontade de candidatar essa obra, referente ao Centro Escolar de Arrifana. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* disse que a Mesa dará seguimento à solicitação feita pelo membro Rui Tavares. Em seguida, passou a palavra ao membro António Cardoso. -----

Usou da palavra o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dizer que ficaram por responder algumas das questões que colocou, nomeadamente as relacionadas com a construção da A32, a questão da alteração do modelo do pagamento dos parómetros, bem como a questão relacionada com a dualidade de critérios da Câmara no que respeita ao licenciamento de construções em que o arruamento de acesso não estiver pavimentado, em que nuns casos é obrigado pavimentar, noutros não. -----

Prosseguiu dizendo, a respeito da questão do edifício do tribunal, que o Sr. Presidente da Câmara deveria ter sido mais preciso nos esclarecimentos que deu a esse respeito, altura em que o *Sr. Presidente da Assembleia* interrompeu o membro António Cardoso advertindo-o de que, na intervenção inicial que o mesmo fizera não falou da questão do tribunal, pelo que lhe pediu o favor de não relutar quanto a essa matéria. -----

O membro *António Cardoso* retorquiu dizendo que se o Sr. Presidente da Assembleia não queria debater esse assunto, então que não o fizesse, recordando que a Assembleia Municipal é o expoente máximo de debate e que se não for para debater os assuntos é escusado as pessoas virem para as assembleias municipais, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* respondeu dizendo que se há matéria relativamente à qual o Sr. Presidente respondeu aquilo que bem entendeu, foi a relacionada com o tribunal, e que foi claro nos esclarecimentos que deu. Salientou que as respostas do Sr. Presidente podem satisfazer, ou não, as pessoas, mas que essa já é uma questão que não lhe cabe comentar. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra para dizer que não falou da questão dos parómetros porque, para ele – Presidente da Câmara – e para os feirenses, essa é uma questão muito clara. Referiu que foi aberto um concurso público nas condições que são conhecidas, que as coimas aplicadas são as que estão na lei e que, portanto, não percebia qual



a dúvida que possa haver, no âmbito desse assunto. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Assembleia* para, relativamente à interpelação que lhe foi directamente feita pelo membro Victor Neves, a propósito da comissão das pedreiras de Lourosa, dizer que registou a solicitação feita e que tomaria as providências necessárias, nomeadamente falando com o coordenador da comissão, no sentido de que a comissão reúna, conforme o membro Victor Neves advertiu. -----

Entretanto, entrou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gião – Manuel Joaquim Baptista Cardoso, tendo saído os membros António Vilar, José Manuel Leão, António Domingues Pereira, Jorge Manuel Silva, Leandro Reis, Adriano Martins, Marco Jesus, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de S. João de Ver – Amaro Araújo, Milheirós de Poiães – Augusto Santos, Espargo – Susana Correia, e Nogueira da Regedoura – Henrique Ferreira.

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

1 – Acta N.º 12 – Sessão Ordinária de 30 de Junho de 2011 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a acta supra-identificada que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da acta, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento após as últimas alterações introduzidas, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a acta se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da acta, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções, aprovar a Acta n.º 12 – referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2011. -----

2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do IV Relatório de 2011, informação escrita dada pelo *Sr. Presidente da Câmara* onde se sintetiza a



C. P.

actividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 21 de Setembro de 2011, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Interveio a deputada municipal *Idalina Abreu* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Ao analisar a Listagem de Obras e Fornecimentos Adjudicados deparei-me com uma situação que me deixou incrédula. -----

Como faz parte do senso comum, e assumindo o princípio da continuidade, o Saldo Final desta Listagem num determinado período, terá que ser o Saldo Inicial do período seguinte. ----

No entanto, ao analisar as listagens que nos são entregues verifiquei que o Saldo Final da Listagem que finda em 15 de Junho é no valor de cerca de 12 milhões de euros e o saldo inicial em 16 de Junho é de cerca de 21 milhões de euros. -----

E agora questiono, -----

Onde está o rigor na informação apresentada?-----

A entrega dos documentos limita-se a cumprir burocracias, mas sem qualquer rigor financeiro nos valores apresentados?-----

Verifica-se uma incompetência grave do Pelouro responsável e urge imputar responsabilidades... -----

Mas continuando, estupefacta com esta situação, resolvi somar todas as rubricas individuais constantes nesta listagem e deparei-me com algo duvidoso: o somatório dos valores, não corresponde à diferença entre o Saldo Final e o Saldo Inicial, o somatório é inferior em 54 mil euros. -----

Onde está o rigor? Estamos a discutir nesta Assembleia dados falseados?-----

Com situações como esta desvirtua-se completamente as Assembleias Municipais e comprova-se a falta de confiança no trabalho apresentado por esta Câmara. -----

Aproveito ainda esta intervenção para mencionar o seguinte:-----

E insistindo na análise destas listagens desde o início do ano, verifica-se o seguinte:-----

O valor das obras e fornecimentos Adjudicados foram os seguintes: -----



– no período de 02 de Janeiro a 18 Fevereiro – 743 mil euros, -----
– no período de 19 de Fevereiro a 20 de Abril – 7 milhões de euros, -----
– e finalmente, no período de 21 de Abril a 15 de Junho – 3 milhões de euros, -----
– não refiro período de 16 de Junho a 21 de Setembro devido à inconsistência dos valores
apresentados. -----

Mas, analisando os valores que referi, deparamo-nos com uma falta de consistência na
adjudicação de obras e fornecimentos. -----

Como se explica o facto de num trimestre adjudicar-se o dobro do valor adjudicado noutro
trimestre? -----

Como se explica estas variações significativas? -----

Qual o critério de adjudicação de obras e fornecimentos? -----

Onde está o planeamento? Talvez não haja! -----

Não admira que, com esta forma de trabalhar surjam buracos orçamentais e o conseqüente
pedido de adiamentos de repartição de encargos. -----

Constata-se assim que o trabalho desta Câmara revela claramente ausência de rigor. -----

Rejeitamos claramente qualquer conivência com esta forma obscura de trabalhar.” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, relativamente à intervenção efectuada pela
deputada municipal Idalina Abreu, dizer que, efectivamente, há um erro no preenchimento de
um dos mapas do documento, mas que querer transpor esse erro para uma falta de
planeamento é, efectivamente, de quem não quer fazer análises correctas e de quem quer vir
para a Assembleia Municipal fazer chicana. -----

Assumi a responsabilidade pelo erro salientando que, numa próxima ocasião, será dada a
explicação à Sr.^a deputada municipal, mas que antes disso os serviços têm de analisar qual o
erro que consta no documento. -----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do
Dia, dado que sobre a presente matéria não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia
tomado conhecimento do assunto. -----

Reentraram os membros José Manuel Leão, António Domingues Pereira, Jorge Manuel Silva,



e o Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares – Augusto Santos. Sairam as deputadas municipais Alexandra Sousa e Idalina Sá Abreu.-----

3 – Propostas de alteração ao Mapa de Pessoal de 2011-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 22 de Agosto de 2011 e de 05 de Setembro de 2011 entretanto enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD:32, CDS-PP, Ind., PS:1), 6 abstenções (PS:4, BE, CDU) e 9 votos contra (PS), aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2011, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 22 de Agosto de 2011. -----

Mais deliberou, com 48 votos a favor (PSD:32, PS:14, CDS-PP, Ind.), 2 abstenções (BE, CDU) e 0 votos contra, aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2011, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 05 de Setembro de 2011. -----

Em conformidade, ficam, por conseguinte, reformadas as deliberações de 30 de Dezembro de 2010, 28 de Fevereiro de 2011 e 30 de Junho de 2011, no respeitante a esta matéria. -----

4 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2012 -----

5 – Derrama a cobrar no ano de 2012-----

6 – Participação do IRS de 2012 (a receber em 2013)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe – constantes das deliberações camarárias de 19 de Setembro de 2011 entretanto enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas – informando que, tal como previamente acordado com os representantes dos grupos municipais, submeteria a discussão conjunta os três assuntos e que, depois, obviamente, os submeteria, em separado,



a votação. Disse que daria a palavra, como também acordado, a um representante de cada um dos grupos municipais, passando, em seguida, a palavra ao membro António Cardoso.-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dizer que, no que respeita aos pontos n.ºs 5 e 6, a posição do grupo municipal do PS na Assembleia Municipal é retratada pela posição manifestada pelos vereadores do PS na reunião de Câmara e que, portanto, o grupo municipal do PS votava favoravelmente esses dois pontos. -----

Quanto à questão do IMI a cobrar em 2012, disse que os eleitos do PS na Assembleia Municipal registam uma falta de sensibilidade social por parte da Câmara Municipal, ressaltando que a cobrança do IMI nos termos do CIMI, o novo modelo, é muito injusta e que, por essa razão, era merecido um sinal de solidariedade por parte da Câmara, como cobrador, ou seja, uma pequena redução da taxa. -----

Focou o seu caso pessoal, dizendo ter um terreno encostado à sua habitação, dizendo tratar-se de um terreno separado, urbano e avaliado depois de 2003, fazendo sobressair que paga tanto de IMI por esse terreno como paga pela habitação. -----

Disse que, naturalmente, concorda com a aplicação da taxa máxima no que diz respeito à habitação, e que até concorda que devia haver uma reavaliação que daria mais justiça, mas que não concorda com a avaliação feita nos termos do CIMI. -----

Referiu considerar que deveria haver, quanto à taxa do IMI, uma nota de justiça social por parte da Câmara, ressaltando que a Câmara aplica a taxa máxima nos dois casos e que mais alta aplicaria caso a lei o permitisse. Concluiu dizendo que, pelas razões que explicou, o grupo municipal do PS vota contra as taxas propostas pela Câmara para o IMI. -----

Usou da palavra o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que iniciou por dizer que a sensibilidade do CDS-PP em relação aos impostos é diferente da manifestada no ano anterior, referindo que o CDS-PP concorda que a taxa da Derrama esteja no seu valor máximo, fazendo sobressair que não podia ser de outra forma mediante a situação do País. -----

No que respeita ao IMI disse que o CDS-PP tem algumas ressalvas e considera que era possível a Câmara baixar o IMI a cobrar em 2012. Disse considerar essa redução possível não pela argumentação usada pelo membro António Cardoso, mas sim com uma argumentação que entende ser mais sustentada, a qual passou a indicar. -----



Prosseguiu dizendo que essa redução seria não somente pelo factor da introdução de alguma justiça social, salientando que, quem tem um imóvel que é habitação própria, faz um esforço considerável para o manter, tanto mais para pagar o IMI, mas, sobretudo, pelo facto das receitas da Câmara, no que ao IMI diz respeito, terem subido de 2009 para 2010 e porque, tendo em conta o previsto arrecadar em 2011, e face ao valor arrecadado até ao momento, se constata que a receita ficará, sensivelmente, pelos valores arrecadados em 2010. -----

Frisou, portanto, que não tem havido uma perda da receita arrecadada pela Câmara Municipal, pela via do IMI. -----

Sublinhou, ainda, que tendo em conta o que o Governo está a preparar nessa área, com o final das isenções, espera-se um aumento considerável de receita do IMI. Focou que, em função disso, a Câmara podia tirar meio ponto na taxa do IMI, ressaltando que isso significaria menos algum peso na carteira dos feirenses e que propiciaria mais algum consumo no Concelho de Santa Maria da Feira. Disse considerar que tal medida seria mais do que justa para os feirenses. -----

Concluiu fazendo alusão ao IRS, dizendo tratar-se de um imposto mais do que justo na medida em que é cobrado mais a quem mais recebe, referindo que o CDS-PP assume que, na conjuntura actual, a participação máxima sobre o IRS de 2012 é aceitável. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dizer, quanto ao IMI, que a grande dependência orçamental das Câmaras Municipais conduziu ao caos urbanístico que existe no Concelho de Santa Maria da Feira e no País e, daí, que as Câmaras sintam sempre a necessidade de fazer aplicar taxas máximas, dada as suas dependências. -----

Referiu que o BE defende que o orçamento de uma Câmara Municipal deve provir directamente do Orçamento de Estado, e o Estado Central deve fazer a gestão das verbas e fazer diminuir as assimetrias através do Orçamento de Estado, focando que, para isso, deve efectuar as transferências para as Câmaras a tempo e horas, ressaltando que isso nunca foi feito e que, com o actual Governo, também não o será. -----

Disse ser preciso ter, também, em conta o previsível aumento brutal dos valores arrecadados pelo IMI durante os anos de 2012 e 2013, face ao que consta no memorando que o PS, PSD e CDS-PP assinaram com a Troika. -----

Referiu ainda que, uma vez mais, não viu ser feita a distinção que é permitida por lei, ou seja,



taxar mais as segundas habitações e os prédios abandonados e diminuir o IMI para quem tem uma única habitação. -----

O membro Nuno Serrano prosseguiu aludindo à Derrama, dizendo ser justo que seja aplicado o valor máximo na medida em que quem tem lucros deve pagar. -----

Referiu que, apesar de se ter verificado uma diminuição acentuada das verbas arrecadadas, talvez fosse tempo de o Sr. Presidente da Câmara, uma vez que é da mesma cor partidária do actual Governo, usar a sua influência para que a lei fosse alterada, no sentido de que as empresas efectivamente pagassem os impostos nos seus países, e não fugissem para o estrangeiro para pagar menos impostos. A propósito disse que, no Concelho de Santa Maria da Feira, aquele que seria o maior contribuidor no que à Derrama diz respeito, não paga a maior parte dos seus impostos em Portugal, uma vez que tem sede fiscal na Holanda. -----

Salientou, ainda, que a Derrama deveria ser menor para as pequenas empresas, com um volume de negócios abaixo dos 150 mil euros, para tentar incentivar a abertura dessas empresas, sublinhando serem essas que, efectivamente, criam a maior parte do emprego. -----

Concluindo, e referindo-se à participação sobre o IRS, disse não fazer qualquer sentido que esse imposto seja lançado pelas Câmaras Municipais, frisando que deveria ser unicamente da competência da Administração Central. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que, a propósito das intervenções efectuadas pelos representantes do PS e do CDS-PP, disse ser muito bonito vir para a Assembleia Municipal defender a redução da taxa do IMI, redução com a qual a CDU concorda, quando o próprio PS e o CDS-PP assinaram um compromisso com a Troika, que está calendarizado. -----

Referiu que ao criticarem a Câmara por tentar ir receber receitas à conta daquilo que se paga do IMI, deveriam pensar que, no acordo que assinaram, está a redução dos prazos de isenção do IMI. Salientou que, segundo as estatísticas oficiais, cerca de meio milhão de fogos passarão a pagar IMI em 2011 graças, única e exclusivamente, à assinatura desse pacto com a troika. Disse estar-se a falar de um valor de IMI de cerca de 500 euros para os casos anteriores a 2003 e cerca de 600 euros para os casos posteriores, e que isso representa cerca de 250 milhões de euros, em 2012, não para as autarquias, mas sim para o Estado Central. -----

Prosseguiu dizendo que, para além desse período de isenção, há uma outra coisa que foi



assinada e que tem a ver com a reavaliação do valor matricial dos fogos, ou seja, a reavaliação dos valores patrimoniais que não foram reavaliados desde 2004. Deu nota de que se está a falar de cerca de 5,4 milhões de fogos de um parque imobiliário de cerca de 7,8 milhões de fogos, cujo IMI vai ser pago em 2012 e em 2013. -----

Salientou que uma das outras medidas assinadas com a troika pelo PS, PSD e CDS-PP prende-se com o facto de as famílias com crédito à habitação deixarem de poder deduzir, em sede de IRS, o montante das amortizações efectuadas. Referiu, então, que algumas famílias portuguesas vão passar a suportar um montante acrescido no imposto sobre a sua habitação, que não deverá ser, em média, inferior a 1.000 euros, e que em muitos casos poderá ultrapassar substancialmente esse montante, relembrando, a propósito, que cerca de 80% do crédito concedido às famílias destina-se à habitação, e que mais de 61% do crédito concedido pela banca às empresas e às famílias é para a construção de habitação. -----

Sobre a afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que não há portugueses de primeira e portugueses de segunda, referiu que enquanto se tributa pela lei do PS, PSD e CDS-PP, porque assinaram o acordo, às famílias detentoras de valores idênticos e muitas vezes muito superiores, como jóias, acções, obras de arte, automóveis de luxo, iates, não lhes são cobrados qualquer tipo de imposto. -----

Disse, então, já chegar de dois pesos e duas medidas, frisando que se certos partidos defendem uma coisa na Assembleia da República que determina, directamente, os destinos dos portugueses, pelo menos não venham para a Assembleia Municipal dizer que, afinal, queriam taxas mais baixas, reduzindo as receitas da autarquia. -----

Concluiu salientando que as receitas das autarquias já foram reduzidas por via do Orçamento de Estado, que o Governo pretende reduzi-las ainda mais por via da reorganização administrativa, lembrando, quanto à alusão à solidariedade do cobrador, que o cobrador ainda é do Estado. -----

Interveio o membro **Fernando Moreira** – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PSD), que começou por dizer, quanto à Derrama, que a proposta feita pela Câmara merece a concordância da quase totalidade dos grupos municipais. -----

Sobre a participação do IRS de 2012, referiu folgar em ver que o PS já percebeu que reduzir essa taxa só iria beneficiar quem tem maiores rendimentos. Salientou ainda que, do seu ponto



de vista, não faz muito sentido serem os municípios a ter tal intervenção, frisando que isso é meramente demagógico. -----

Relativamente ao IMI, focou que, em primeiro lugar, não se sabe muito bem daquilo que se está a falar, ressaltando não saber exactamente qual o número de prédios que estão avaliados sob o novo critério. -----

Prosseguiu dizendo que um outro aspecto a salientar é que os coeficientes têm vindo, a cada revisão, a baixar, informando estar em curso mais uma revisão. Disse que, com essa correcção e com o novo coeficiente, o valor da avaliação de uma habitação normal poderá chegar a baixar 50 a 60 mil euros, relativamente à avaliação inicial que lhe tinha sido feita. -----

Frisou que, no seu entendimento, essa reforma do património podia ser excelente, mas que lhe parece que está a ser feita em cima do joelho e que poderá ter ainda mais arbitrariedades e mais erros do que aquilo que está em vigor. -----

A propósito das receitas municipais, sublinhou ser um perfeito contra-senso dizer-se que a Câmara está em atraso com os seus pagamentos, que precisava de fazer mais esta ou aquela obra e, ao mesmo tempo, dizer que a Câmara tem que reduzir as receitas, ainda mais quando o Governo já lhe reduziu, no ano passado, 1 milhão de euros e, no corrente ano, mais 1 milhão e 700 mil euros. Frisou ser muito simpático fazer-se tais afirmações mas que as coisas não podem ser tratadas desse modo. -----

Referiu concordar com o membro Nuno Serrano quando o mesmo disse que devia ser o Estado Central a receber todas as verbas e, depois, fazer a distribuição em função do País e em função da solidariedade de que se falou. -----

Deu ainda nota que a receita da Câmara, quanto ao IMI, aumentou de 2009 para 2010, mas que se se comparar o arrecadado em 2010 com o arrecadado em 2008, se verifica que a receita baixou. Fez sobressair que, nos próximos anos, essa receita poderá, de facto, aumentar caso seja feita a reavaliação geral aos prédios no Concelho, ressaltando, contudo, que se essa reavaliação não se concretizar, a receita tenderá a baixar porque, com a revisão dos coeficientes, as pessoas vão-se apercebendo que os valores da avaliação dos prédios vão baixando. -----

Referiu entender que os prédios deveriam ser avaliados pelo seu valor real, na medida dos possíveis e, depois, caso fossem necessárias correcções, elas seriam introduzidas através da redução da taxa e não através da diminuição dos coeficientes. Salientou que essa correcção da



taxa competiria ao Governo, recordando, ainda, que o valor dos prédios permite a determinação de outros impostos. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que, pelas razões que explicou, o grupo municipal do PSD apoiava as propostas feitas pela Câmara Municipal, no âmbito das matérias em causa. ----

O *Sr. Presidente da Assembleia* referiu que, por lapso, não deu, em primeiro lugar, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para tecer as considerações que entendesse convenientes relativamente aos assuntos em discussão, questionando-lhe se o pretendia fazer naquele momento, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* respondeu dizendo que não pediu a palavra porque a posição da Câmara, quanto às matérias em causa, está muito clara nas deliberações camarárias que foram distribuídas aos membros da Assembleia Municipal.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter, separadamente, os assuntos a votação:-----

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2012 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD:32, PS:3, Ind.), 1 abstenção (PS) e 13 votos contra (PS:10, CDS-PP, BE, CDU), fixar, nos termos da alínea b) e c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na sua redacção actual, sob proposta da Câmara, as seguintes taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2012: -----

- Prédios Urbanos: 0,7%;-----
- Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,4%. -----

Derrama a cobrar no ano de 2012 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:32, PS:14, CDS-PP, CDU, Ind.), 1 voto contra (BE) e 0 abstenções, nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, autorizar a Câmara Municipal a lançar uma Derrama, a cobrar no ano de 2012, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.-----



C. q.

Participação do IRS de 2012 (a receber em 2013) -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:32, PS:14, CDS-PP, CDU, Ind.), 1 voto contra (BE) e 0 abstenções, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, autorizar a Câmara Municipal a fixar uma participação de 5% sobre o IRS de 2012 dos sujeitos passivos, com domínio fiscal na sua circunscrição territorial. -----

Reentraram os membros Leandro Reis, Marco Jesus e Alexandra Sousa. Saiu a deputada municipal Lia Ferreira, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Pigeiros – Feliciano Pereira, e Travanca – António Sérgio Silva. -----

7 – Normas de Funcionamento do Programa de Acção Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico-----

- Revogação do Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos – Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 11 de Julho de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Carla Adriana Pinto* (PS) para aludir à questão da aquisição dos manuais escolares, dizendo que o grupo municipal do PS tinha uma proposta a fazer nesse âmbito. -----

Propôs que, em vez de se dar o dinheiro aos encarregados de educação, consoante o escalão A ou B da acção social escolar, para adquirirem os manuais, a Câmara adquiriria os manuais, que não os livros de exercícios, que ficariam da sua posse ou da posse da escola, e que seriam emprestados aos alunos e devolvidos pelos mesmos, no final desse ano lectivo, a fim de serem reutilizados no ano lectivo seguinte. -----

Disse entender que essa medida seria pedagógica, que valorizava a poupança e a reutilização, -----



e que era essa a proposta que o grupo municipal do PS deixava à consideração. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer que a Câmara está a limitar-se a transpor em forma de normas os regulamentos do Ministério da Educação, no que respeita à acção social escolar. -----

Quanto à questão dos manuais escolares, disse que a Câmara poderia seguir uma proposta feita no início do anterior ano lectivo pelo actual Secretário de Estado da Segurança Social, Marco António Costa, em que o mesmo propunha que os manuais escolares fossem gratuitos para os alunos do ensino obrigatório. Disse que, uma vez no Governo, o agora Secretário de Estado tinha a possibilidade de concretizar, para o ano lectivo que iniciou, aquilo que ele mesmo propusera anteriormente, mas que não o fez. -----

Salientou que ninguém nega a questão da contenção de despesas e as dificuldades financeiras existentes, seja no País seja nas Câmaras Municipais, mas que essa é uma questão de estabelecer prioridades, face às necessidades. -----

Alertou para os valores absurdos que os manuais escolares atingem e o peso que representam para os bolsos das famílias, fazendo sobressair que, ainda por cima, esses manuais não dão para serem utilizados por vários anos porque, face às sucessivas alterações dos conteúdos programáticos, estão constantemente a ser alterados. -----

Disse que esperava que a Câmara Municipal, para o ensino básico, emprestasse aos alunos os manuais escolares, frisando que essa seria uma excelente forma de induzir nos jovens alunos o zelo pelo bem público, realçando que quem danificasse os livros teria, obviamente, de os pagar no final do ano lectivo. -----

Concluiu dizendo que essa seria uma excelente medida pedagógica e que, tendo em conta que a Câmara Municipal tanto propagandeia o seu empenho na acção social, essa deveria ser, para a mesma, uma medida prioritária. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, relativamente à situação do empréstimo dos manuais escolares, dizer que essa foi uma discussão nacional a que se assistiu no início do ano lectivo. Referiu que, para essa medida ser possível, era preciso haver a garantia de que o Agrupamento iria manter os mesmos manuais no ano lectivo seguinte, frisando que isso não está a acontecer. -----



Salientou ainda que, por uma nota que a Sr.^a Vereadora da Educação lhe deu, houve escolas do 2.º e 3.º Ciclo que quiseram implementar essa medida mas o respectivo Ministério não autorizou porque, segundo a lei, a verba tem que ser dada aos encarregados de educação, para a compra dos manuais. -----

Disse ser recorrente, em tempos de campanha eleitoral e, agora, na discussão das normas, dizer que a Câmara devia dar os livros a toda a gente. Sublinhou estar em desacordo, dando o seu exemplo, para não mencionar o homem mais rico do Concelho, dizendo que era uma enorme injustiça se, com os impostos de um indivíduo que recebe o ordenado mínimo, se estivesse a pagar os livros dos seus netos. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor (PSD:32, PS:14, CDS-PP, Ind.), 1 voto contra (BE) e 11 abstenções (CDU, PS:10), revogar o Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos – Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal de 18 de Novembro de 2002 e na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de Dezembro de 2002. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento das Normas de Funcionamento do Programa de Acção Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico, aprovadas na reunião da Câmara Municipal de 11 de Julho de 2011. -----

Em conformidade, fica, por conseguinte, revogada a deliberação de 27 de Dezembro de 2002, no respeitante a esta matéria. -----

Saíram os membros Ângelo Castro, Maria Filomena Ferreira, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Lobão – José Henriques Santos, e do Vale – Joaquim Rocha. -----

8 – Via Circular à Cidade de Santa Maria da Feira -----

- Autorização da repartição de encargos -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, nos termos constantes do despacho do Sr. Presidente da Câmara entretanto enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, dizendo que queria dar uma breve explicação da matéria em questão, explicando que o assunto ainda não foi votado em reunião de Câmara, que fez o despacho que foi distribuído aos membros da Assembleia Municipal e que irá à Câmara, na próxima reunião camarária, para ratificação.-----

Ressaltou que só houve percepção de que a presente repartição de encargos era necessária quando se efectuou o cabimento, para se fazer a adjudicação da obra. Informou tratar-se de uma obra comparticipada por um contrato-programa e por fundos comunitários. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) para questionar qual o ponto da situação da via que liga a baixa da cidade de Santa Maria da Feira ao lugar do Cavaco, dizendo que os feirenses, e ele próprio, se interrogam se essa via não seria mais importante do que a circular em causa, referindo contudo que essa é também importante.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explicou haver duas razões práticas e pragmáticas para se avançar com a obra da via circular em referência. Referiu que, em primeiro lugar, porque grande parte dessa obra, num valor de cerca de 500 mil euros, é comparticipada pelo hipermercado Feira Nova, agora chamado de Pingo Doce.-----

Salientou que a segunda razão prende-se com o facto de os terrenos para a construção da via circular à Cidade de Santa Maria da Feira já serem todos da posse da Câmara, realçando que o mesmo não se verifica com os terrenos para a construção da via mencionada pelo membro António Cardoso. Frisou, então, haver alguns condicionamentos que não permitiram à Câmara avançar com a obra mencionada.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD:28, PS:14, CDS-PP, Ind.), 2 abstenções (CDU, BE) e 0 votos contra, autorizar a repartição de encargos relativa à empreitada designada “1.ª Fase da Via Circular à cidade de Santa Maria da Feira”, pelos anos de 2011 e 2012, sendo o montante previsível da despesa de 302.818,26 € para 2011, e de 413.741,74 € para 2012, valores estes com IVA. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da acta desta sessão a



aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a acta desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 01,00 horas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta acta que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,